

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas (ICH)
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação de Mestrado

AS REPRESENTAÇÕES DA PONTE INTERNACIONAL MAUÁ
PARA AS CIDADES DE JAGUARÃO/BRASIL E RIO BRANCO/URUGUAI

Fatiane Fernandes Pacheco

Pelotas, 2019.

Fatiane Fernandes Pacheco

**AS REPRESENTAÇÕES DA PONTE INTERNACIONAL MAUÁ
PARA AS CIDADES DE JAGUARÃO/BRASIL E RIO BRANCO/URUGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P116r Pacheco, Fatiane Fernandes

As representações da Ponte Internacional Mauá para as cidades de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai / Fatiane Fernandes Pacheco ; Fábio Vergara Cerqueira, orientador. — Pelotas, 2019.

100 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Identidade. 2. Memória. 3. Patrimônio. 4. Ponte Internacional Barão de Mauá. I. Cerqueira, Fábio Vergara, orient. II. Título.

CDD : 363.69

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

FATIANE FERNANDES PACHECO

**As representações da Ponte Internacional Mauá
Para as cidades de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação e Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 31 de maio de 2019

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. **Fábio Vergara Cerqueira** (Orientador)
Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP)

.....
Prof. Dr. **Ronaldo Bernardino Colvero**
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

.....
Prof^a. Dra. **Ana María Sosa González**
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido realizado sem a afluência de uma série de pessoas que tornaram possível sua existência. A UFPEL e ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, a CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa, ao meu orientador Fábio Cerqueira Vergara, pelo seu apoio, incentivo, disposição e ensinamentos e aos membros da Banca os professores doutores Ana María Sosa González e Ronaldo Bernardino Colvero, agradeço pelas pertinentes observações e sugestões feitas a respeito do trabalho no período da qualificação e por aceitarem participar da defesa final. Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimento e experiências que foram tão importantes na minha vida. A grande colega e amiga, Juliana Porto Machado, por sempre ter ombros, ouvidos e palavras valiosas quando eu precisava e aos colegas de curso pelo companheirismo intelectual e afetivo que foram tão importantes nestes anos de aprendizado.

A minha pesquisa e trajetória acadêmica só foi possível de ser realizada com o apoio incondicional de minha amada mãe, Maria De Lourdes Fernandes que sempre me incentivou nessa luta pelo conhecimento, que esta sempre tornando meus dias mais felizes. Ao meu marido Rodrigo da Silva Ramos, pelo companheirismo e compreensão nos momentos mais difíceis desse período, sendo sempre capaz de compreender minhas entregas aos estudos em finais de semana e feriados.

Por fim, Agradeço a todos os meus interlocutores em Jaguarão e em Rio Branco, que com paciência me deram subsídio para concluir minha pesquisa. Agradeço imensamente a estas pessoas que contribuíram com extrema importância para que eu conseguisse chegar ao final desta caminhada.

Diálogo entre Marco Polo e Kublai Khan

Marco Polo descreve uma ponte, pedra sobre pedra.

-Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?

-Pergunta Kublai Khan.

-A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra

- Responda Marco Polo, mas pela curva que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo, depois acrescenta:

-Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras, o arco não existe.

Italo Calvino; As cidades invisíveis.

RESUMO

Pacheco, Fatiane Fernandes. **As representações da Ponte Internacional Mauá para as cidades de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai**. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O trabalho averiguou as representações sociais da Ponte Internacional Mauá na memória da população Jaguarão/Brasil e de Rio Branco/Uruguai na (re) construção de uma identidade cultural fronteiriça. Declarada Monumento Histórico Nacional pelo Uruguai em 1977, primeiro bem binacional pelo IPHAN em 2011 no Brasil e como o primeiro Patrimônio Cultural do MERCOSUL em 2012, a ponte tornou-se um patrimônio institucionalizado. A ponte passa representar a cultura material e as relações sociais de integração desta fronteira Brasil o Uruguai, construídas na região pelos diferentes tempos históricos. A representação que população fronteiriça estabelece com a ponte vai além das experiências vivenciadas no tempo presente, vem das interações de um processo histórico, por isso constitui um importante laço de afetividade para população local, pois é intensamente vivenciada no seu cotidiano, como elemento unificador para os moradores de ambos os lados. Sendo assim, para acessar as memórias da população local utilizou-se método de História oral, com entrevista aberta com um roteiro semiestruturado e também a técnica de questionários. Essa interação proporcionada pela ponte a população fronteiriça faz com que haja uma valorização da mesma que é intensificada pela memória coletiva, vinculadas às lembranças, valores e sentimentos. Assim, o compartilhamento de um patrimônio cultural para a população de Jaguarão e Rio Branco torna-se significativo como uma forma de pertencimento e reconhecimento dos seus laços identitários, já que identidade é algo que se constrói e que se transforma durante toda uma vida.

Palavras chaves: Identidade; Memória; Patrimônio; Ponte Internacional Barão de Mauá.

RESUMEN

Pacheco, Fatiane Fernandes. **Las representaciones del Puente Internacional Mauá para las ciudades de Yaguarón/Brasil y Rio Branco/Uruguay**. 2019. 100f. Disertación (Maestría en Memoria Social y Patrimonio Cultural) Pos-graduación en Memoria Social y Patrimonio Cultural Instituto de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

El trabajo averiguó las representaciones sociales del Puente Internacional Mauá en la memoria de la población Yaguarón/Brasil y Rio Branco/Uruguay en la (re) construcción de una identidad cultural frontera. Declarado Monumento Histórico Nacional por Uruguay en 1977, primero bien binacional por el IPHAN en 2011 en Brasil y como el primer Patrimonio Cultural del MERCOSUL en 2012, el puente se ha convertido en un patrimonio institucionalizado. El puente pasa a representar la cultura material y las relaciones sociales de integración de esta frontera Brasil o Uruguay, construidas en la región por los diferentes tiempos históricos. La representación que la población fronteriza establece con el puente va más allá de las experiencias vivenciadas en el tiempo presente, viene de las interacciones de un proceso histórico, por lo que constituye un importante vínculo de afectividad para la población local, pues es intensamente vivida en su cotidiano, como elemento unificador para los habitantes de ambos lados. Siendo así, para acceder a las memorias de la población local se utilizó método de Historia oral, con entrevista abierta con un itinerario semiestructurado y también la técnica de cuestionarios. Esta interacción proporcionada por el puente de la población fronteriza significa que hay una apreciación de lo que se ve reforzada por la memoria colectiva, ligada a los recuerdos, los valores y sentimientos. Por lo tanto, comparten un patrimonio cultural para el pueblo de Yaguarón y Rio Branco se hace significativa como una forma de pertenencia y el reconocimiento de sus lazos de identidad, ya que la identidad es algo que se construye y que se convierte durante toda una vida.

Palabras claves: Identidad; Memoria; Patrimonio; Puente Internacional Barón de Mauá.

Lista de Figuras

Figura 1	Esboço da Ponte Internacional de Rudolfo Ahrons	19
Figura 2	Ponte Internacional Mauá em construção em 1928.....	25
Figura 3	Construção da Ponte Internacional Mauá em 1928.....	26
Figura 4	Ponte Internacional Mauá.....	27
Figura 5	Escudo oficial do município de Rio Branco.....	38
Figura 6	Escudo oficial do município de Jaguarão.....	38
Figura 7	Ponte Internacional Mauá.....	40
Figura 8	Logo da Gestão 2015/2020	41
Figura 9	Logo da Gestão 2017/2020.....	41
Figura 10	Martelo utilizado na construção da Ponte.....	43
Figura 11	Ponte vista do lado uruguaio	44
Figura 12	Ponte vista do lado brasileiro	59
Figura 13	Tráfego da Ponte Internacional Mauá	66

Lista de siglas

CPCN	Comissão do Patrimônio Cultural da Nação
CPC	Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Sumário

1. Introdução	10
2. A Ponte Internacional Mauá: História e Patrimônio	16
2.1 Um percurso pela História: Ponte Internacional Mauá.....	16
2.1.1 Contextualização Histórica.....	16
2.2 Um bem fronteiroço	28
2.2.1. Patrimonialização	29
3. A ponte nas Memórias de fronteira	42
3.1 Memórias Brasileiras.....	42
3.1.1 A ponte nas lembranças dos jaguarenses	42
3.1.2 "Somos Irmãos": reminiscências jaguarenses.....	48
3.1.3 Um Patrimônio Binacional.....	53
3.2 Memórias Uruguaias	55
3.2.1 A ponte nas lembranças dos rio-branquenses	55
3.2.2 "Somos Hermanos": reminiscências dos rio-branquenses.....	60
3.2.3 Um Patrimônio Binacional.....	63
3.3 A ponte pela narrativa da população fronteiriça	66
3.3.1 Elementos comuns compartilhados.....	66
3.3.2 Elementos divergentes: memórias singulares	68
4. Ponte Mauá como um elemento da cultura da Fronteira	71
4.1 A cultura da Fronteira Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai	72
4.2 Identidades moveis	80
5. Considerações Finais	86
Referências	90
Referências Bibliográficas	90
Documentos consultados.....	94
Entrevistas.....	94
Questionários semiestruturados	95
Portal eletrônico consultado	95
Anexos	96
Anexo 1- Termo de Consentimento livre e esclarecido	97
Anexo 2- Consentimiento informado.....	98
Anexo 3- Roteiro de entrevistas e dos Questionários.....	99
Anexo 4 - Guión de entrevistas y cuestionarios.....	100

1. Introdução

Esta pesquisa tem como objeto de análise a Ponte Internacional Mauá, objeto este que está diretamente vinculado ao meu contexto e ao meu cotidiano enquanto moradora da cidade de Jaguarão, minha cidade de origem. Como transeunte da ponte rememoro que ainda pequena a atravessava com a minha mãe em direção ao Rio Branco, no Uruguai, para ir comprar nos estabelecimentos comerciais da cidade, principalmente nas casas de carnes e padarias, sempre nas segundas feiras, pois, do outro lado encontrávamos as melhores carnes e bolachas.

Destas várias idas e vindas ao Rio Branco enquanto atravessava a ponte, pensava na sua magnitude e várias perguntas me acompanhavam nessa travessia (Como foi construída? Como construíram em cima de um rio? Quantos homens trabalharam na sua construção? Que maquinários utilizaram?). Foram muitas interrogações, que naquele momento, minha mãe não soube responder muitas delas, mas minha bisavó sanou algumas dúvidas e ao mesmo tempo criou outras, relatando a sua infância, suas viagens de trem até Jaguarão. Ela morava no interior da cidade e durante a sua viagem ouvia seu pai contar de como era cruzar para outro lado, sem a ponte, e como ela tinha sido construída (como fizeram o desvio do rio enquanto era erguido o concreto).

Com o passar dos anos, já na escola o meu professor de História¹ me instigou ainda mais com seus relatos na sala de aula, que seu pai lhe passava, saindo do interior do Uruguai para trabalhar na construção da ponte. Ele enfatizava também seu valor histórico para as cidades fronteiriças, como união entre dois países. Todas essas representações e narrativas sobre a ponte foram compondo o meu imaginário de uma época não vivida por mim, mas que permaneceram em minhas memórias.

Dessa forma, como relatado acima, como pesquisadora possuo forte ligação com o objeto analisado, assim como demonstram as informações dos sujeitos entrevistados. Todavia, recuando às origens históricas, há que se considerar que a formação das cidades de Jaguarão e Rio Branco estão inseridas no processo de expansão das ocupações portuguesa e espanhola no território americano e nas estratégias de se fixarem para garantir a posse do território.

¹ Sujeito informante desta pesquisa, no qual contribui com seus relatos sobre o objeto investigado.

A Ponte Internacional Mauá esta localizada entre as cidades de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai. Jaguarão e Rio Branco têm a maior parte de sua economia ligada à agropecuária, mas nos últimos anos o desenvolvimento comercial vem se intensificando com o comércio de eletrônicos e produtos importados nos Free Shops do lado uruguaio e também iniciando agora do lado brasileiro. Atualmente os municípios tem uma população relativamente pequena Jaguarão com 27.931² habitantes e Rio Branco com 16.270³ habitantes.

O presente estudo quer contribuir e inserir um aspecto ainda não devidamente analisado, isto é, entender os sujeitos como testemunhas e intérpretes das experiências identitárias pelo viés de um patrimônio compartilhado por dois países, a Ponte Internacional Mauá. E é por meio de memórias singulares, de experiências pessoais cotidianas que este compartilhamento ganha sua dimensão subjetiva, de um universo múltiplo de representações que se encontra no plano das emoções e memórias emotivas.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as representações da Ponte Internacional Mauá, para as pessoas das cidades de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai. Dessa forma, investigou-se a relação dos cidadãos de ambas as cidades fronteiriças, tendo a ponte como referência cultural a partir da memória de momentos específicos, singulares. Observou-se, ao mesmo tempo, nas relações com a ponte ao longo do tempo, a (re) construção da identidade de diferentes grupos sociais que formam as cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Nessa pesquisa, utilizar-se-á o método dialético, que, de acordo com Gil (2008, p.14), é “uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais”.

A metodologia utilizada foi de História oral, com entrevista aberta com um roteiro semiestruturado, combinada a outros procedimentos, como observações de campo e questionário. Em razão da dinâmica de campo, consideraram-se também depoimentos espontâneos de pessoas sobre questões presentes no roteiro de entrevista, registrados no Caderno de Campo. Nas entrevistas, buscou-se examinar a forma que os sujeitos narram a relação que mantêm com a ponte, já que há uma mudança de olhares conforme a geração, os contextos socioeconômicos e culturais.

² Segundo o censo de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

³ Segundo o censo de 2011 do Instituto Nacional de Estadística - INE

O roteiro de entrevista sobre a ponte envolve narrativas, histórias de vida e lembranças. Escolheu-se a técnica da entrevista, por esta metodologia possibilitar ao pesquisador o entendimento das relações complexas e memoriais presentes nas narrativas, entendendo os sujeitos como testemunhas e intérpretes das suas próprias experiências (ERRANTE, 2000).

A entrevista é um espaço de interação do conhecimento entre entrevistador e entrevistado, isto é, um espaço de negociação, um jogo de interpretações. Conforme May (2004, p. 145), as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas. Portanto, as entrevistas semiestruturadas são norteadas de forma mais espontânea, possibilitando maior liberdade entre entrevistador e entrevistado. Assim, a entrevista semiestruturada foi organizada por tópicos, como: (a) as experiências vivenciadas pela população local na Ponte Internacional Barão de Mauá; (b) as histórias familiares que envolviam a ponte; (c) a narrativa da história pessoal em relação ao espaço fronteiro; (d) o reconhecimento da ponte enquanto patrimônio; e (f) como a ponte influencia na identidade desses sujeitos.

A seleção dos entrevistados deu-se pelo grau de envolvimento dos mesmos com a ponte: primeiro, serem moradores de ambos os lados da fronteira que a vivenciam no seu dia a dia; segundo, por serem reconhecidos pelas comunidades de Jaguarão e Rio Branco por seus estudos da história desta região de fronteira; e, terceiro, por possuírem a rotina de sua vida econômica atrelada ao uso da ponte.

A intenção da escolha empregada está na possibilidade de trazer para dentro da pesquisa diferentes olhares sobre uma temática comum, compartilhamentos memoriais contados sobre diferentes perspectivas, de quem as viveu de formas e percepções diversas. Esta intencionalidade vem ao encontro das palavras de Portelli (2010, p.35), quando lembra que “a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto à consonância”. De acordo com o autor, a história oral é uma “arte multivocal”, nasce da relação entre o entrevistador (historiador) e o entrevistado (que narra), por meio dessa verbalização na qual se constrói uma narrativa. Dessa forma, “os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo”. Assim, o papel do historiador (pesquisador), “mais do que ‘recolher’ memórias e performances verbais” deve ser o de “provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da

sua presença, das suas perguntas, das suas reações” (Portelli, 2010, p.19-20). Para Portelli, é mais que uma simples metodologia de pesquisa, traz consigo a problematização, ou seja, uma série de questões que partem dessa relação dialética e que atuam diretamente na composição da pesquisa.

Dentro da proposta metodológica, também foi utilizado outro instrumento de coleta de dados: o questionário com questões abertas. As questões abertas, conforme Vieira (2009, p.50), “não sugerem qualquer tipo de resposta. As respostas são espontâneas, isto é, dadas nas próprias palavras do respondente”, profícuas assim na potencialidade para registrarem diferentes representações sobre a ponte em estudo. Parte-se da premissa de ouvir diferentes camadas da estrutura social, como por exemplo, os mais jovens, entre eles estudantes da cidade de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai. Consegue-se assim atingir um espectro de testemunhos memoriais mais amplo que o conjunto mais limitado numericamente de depoentes de História oral. Os interlocutores das entrevistas e dos questionários foram mantidos em anonimato para preservar sua identidade, sendo referenciados no texto pelas iniciais de seus nomes.

Para compreender os processos das relações complexas e memoriais presentes nas narrativas da população fronteiriça utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, que parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e objeto. Dessa forma, os conceitos de identidade e memória mostraram-se apropriados e úteis para a problemática de pesquisa: compreender a memória que se estrutura no meio social⁴, representada pelas narrativas dos grupos selecionados.

Halbwachs expõe que a memória é construída socialmente, assim como a representação que a sociedade vai ter dela própria. Para o autor, a construção da memória é algo que acontece através dos quadros sociais, que “são estímulos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que concorde em cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (Halbwachs, 2003, p.10), pois são estímulos essenciais que estruturam, reorganizam e auxiliam na construção das lembranças sobre o passado no presente. Ele

⁴ A memória só se estrutura a partir de um contexto social, conforme Halbwachs (2004), ela é construída a partir das relações mantidas entre os indivíduos e os grupos.

assegura que as memórias individuais⁵ ou coletivas estão marcadas socialmente, visto que o sujeito lembra porque está integrado com a sociedade da qual faz parte, pois os marcos sociais estão ao seu redor, logo o sujeito carrega representações (valores morais) da sociedade na qual está inserido. Enfatiza que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (Halbwachs, 2003, p.170), ou seja, um espaço funciona como um marco da memória importante e que nos auxilia tanto na formação quanto na evocação das memórias, garantindo o sentimento de continuidade. Assim, a memória individual existe, mas está enraizada dentro de quadros sociais, conectada às representações coletivas estabelecidas por grupos sociais.

A memória é representativa. Segundo Candau lembrar e esquecer é uma seleção e é isso que alimenta o sentido de identidade. Ao citar às diferentes manifestações da memória, afirma que somente a metamemória⁶ faz parte da construção identitária, pois a metamemória é a representação que fazemos das próprias lembranças, como nos vemos e identificamos. Conforme o autor, a metamemória opera nos sujeitos como memória coletiva. A representação de memória é entendida como “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo” (Candau, 2016, p. 24).

Para Candau (2016, p.44), “uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade”. Quando se trata de memória social, a compreensão desses funcionamentos e conexões é absorvida de diversas maneiras, tanto pelos indivíduos como pela coletividade. Como podemos perceber, a memória ativa a percepção de si e dos outros, é um trabalho de organização e seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Stuart Hall (2003, p.38) ressalta que a formação da identidade “é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo

⁵ Memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que mesmo este lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 2003)

⁶CANDAU (2016) classifica a memória em três: como protomemória, a memória hábito, a segunda como memória propriamente dita (evocação) seria uma recordação ou reconhecimento e a terceira como a metamemória que seria a memória forte.

inato, existente na consciência no momento do nascimento”, de tal forma que está sempre em processo de formação. Sendo assim, só podemos nos considerar de um grupo identitário, se partilharmos da ideia, dos sistemas de representação que criam a respeito desse grupo, com todas as suas práticas discursivas e não discursivas. Em nosso estudo, duas cidades vizinhas acabam entrando em um embate entre duas identidades nacionais que se encontram em um objeto, em um espaço, que as coloca em encontro, em diálogo, gerando algo híbrido.

Pensar em uma identidade nacional nesse espaço de fronteira torna-se delicado, pois as cidades em questão apresentam uma circulação de suas culturas no processo de comunicação entre elas, proporcionando assim um intercâmbio de culturas que pode caracterizar uma hibridização cultural. Aliás, conforme assinala Canclini, “estudar processos culturais, por isto, mais do que nos levar a afirmar identidades autossuficientes, serve para conhecer formas de situar em meio à heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações”⁷.

No primeiro capítulo, apresenta-se inicialmente o contexto histórico da região da fronteira onde está situada a Ponte Internacional Barão de Mauá, bem como o processo de sua construção até seu reconhecimento como patrimônio histórico e cultural, destacando os diferentes momentos do seu processo de Patrimonialização. Por fim, insere-se um breve estudo sobre questões que se destacaram, nestes últimos anos, em torno da ponte.

No segundo capítulo, abordam-se as reminiscências de cada um dos lados da fronteira sobre a Ponte Internacional Mauá, aspectos históricos, cultural/simbólicos, sociais, econômicos, estéticos e afetivos, em que se discutem os conceitos de memória individual e coletiva de maneira mais específica e detalhada. Por fim, expõem-se as representações que as populações fronteiriças, uruguaia e brasileira, fazem acerca da ponte, destacando-os seus elementos comuns e divergentes.

No terceiro capítulo, apresenta-se a Ponte Internacional Barão de Mauá como elemento de ligação na Cultura da Fronteira, retomando-se o diálogo teórico. A ponte é um suporte de informações da cultura material do passado, mas também um lugar de integração cultural e comercial entre os moradores de ambos os lados, por isso ela representa esse elo entre as duas culturas. Desta maneira, as representações, as semelhanças e as alteridades dos sujeitos que compartilham o

⁷ CANCLINI, Néstor Gacía. Noticias recientes sobre la hibridación. <http://acd.ufrj.br/pacc/atrelatina/nestor.html> > Acesso em novembro de 2009

mesmo espaço social são identificações sempre em curso. Assim sendo, o sujeito fronteiriço percebe a ponte como um importante laço de afetividade e afirmação dentro do sistema de significados que dão sentido à identidade local.

2. A Ponte Internacional Mauá: História e Patrimônio

Este capítulo faz uma apresentação da história do objeto de estudo, a Ponte Internacional Mauá que liga as cidades de Jaguarão e Rio Branco, sendo essa um marco para a cultura das duas cidades. A fronteira entre o Brasil e o Uruguai, onde está situada a ponte, representa uma história compartilhada, com base na cultura e na economia, pois a população sempre transitou entre os dois lados, o que se intensificou após a sua construção. Atualmente destaca-se como o primeiro bem binacional reconhecido como Patrimônio Cultural pelos países do MERCOSUL.

2.1 Um percurso pela História: Ponte Internacional de Mauá

2.1.1 Contextualização Histórica

Nesse subcapítulo apresentar-se-á o contexto histórico da construção da Ponte Internacional Mauá, abordando as relações sociais entre o Brasil, Argentina e Uruguai, países estes que tanto se enfrentaram ao longo dos séculos por limites territoriais. O processo de construção da Ponte Internacional Mauá está relacionado ao contexto precedente de disputas de fronteira, que envolviam o controle da navegação na Bacia do Prata.

Para entendermos um pouco desse conflito, que antecede o controle da navegação na Bacia do Prata, vamos regressar ao tempo quando Portugal e a Coroa de Castela disputavam a região platina, no processo de expansão e domínio ibérico sobre as terras sul-americanas. Estudos mostram que os problemas de fronteira entre os domínios dos reinos de Portugal e de Espanha foram constantes e ganharam dimensões militares, sobretudo a partir do momento em que os portugueses instalaram a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, na margem esquerda do Rio da Prata (POSSAMAI, 2010).

A Colônia de Sacramento foi uma região muito disputada. Se, por um lado, ela servia para o contrabando e também era um caminho de trocas de couro por prata, por outro ela era, para a Coroa portuguesa, uma praça de guerra destinada a defender os seus interesses. Durante um século, esta praça militar trocou de mãos,

sendo destruída quatro vezes pelos espanhóis e reconstruída três vezes pelos portugueses, até ficar definitivamente com os espanhóis, em 1777.

A formação das cidades de Jaguarão e Rio Branco estão inseridas no processo de expansão das ocupações portuguesa e espanhola no território americano e nas estratégias de se fixarem para garantir a posse do território. Após as disputas entre Portugal e Espanha, o Brasil, Uruguai e Argentina estavam envolvidos no controle da navegação na Bacia do Prata. É nesse momento, como forma de marcar a posse da região, que as duas povoações foram oficialmente reconhecidas. Arredondo foi oficializada como povoado em 1831 (em 1853 seu nome foi alterado para vila Artigas e em 1909, para Rio Branco); no ano seguinte, em 1832, no lado brasileiro, um decreto imperial elevou a Guarda do Cerrito à condição de Vila do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão. Em 1855 foi alçada à condição de cidade com o nome de Jaguarão (FRANCO, 2007).

Estabelecidas as fronteiras, a população jaguareense mostrou-se entusiasmada com a consolidação de um laço de união com o país vizinho. Surgiu então o sonho de uma ponte, que uniria a cidade com a Vila Artigas (posteriormente cidade de Rio Branco). No ano de 1875, uma reunião na Câmara Municipal de Jaguarão lançou o projeto para construção da ponte. A população jaguareense mostrava-se preocupada com o comércio local e com o desenvolvimento da cidade (SOARES, 2007).

O imperador⁸ recebeu o projeto, mas não demonstrou interesse pelo assunto. A preocupação do Imperador, neste momento, estava voltada para os grandes latifundiários do centro do país, deixando a população da cidade desapontada. Como expõe Soares (2007, p.17):

O “bravo” exclamado pelo “Atalaia do Sul” não foi além da explosão de entusiasmo de Virgilino de Seixas Barbosa. O que se segue foi mais uma onda de pessimismo e de queixumes contra SM o imperador D.Pedro II e sua política de apenas atender os que o rodeavam a corte, esquecendo-se das reivindicações provinciais. Mas cessariam aí as indômitas iniciativas? Certo que não!

Segundo Soares (2007) e Martins (2001), apesar dos obstáculos políticos, a população jaguareense continuava com o desejo de ter uma ponte sobre o rio Jaguarão, unindo-se à vila existente à direita daquele rio. Em 1887 foram propostas

⁸ D. Pedro de Alcântara, que ocupou o cargo de imperador de 1840 a 1889, constituindo o governo mais longo da história do país. Em 18 de junho de 1841, o jovem foi coroado com o título de D. Pedro II. (SCWARCZ,1998)

duas alternativas para a construção da ponte de madeira, uma fixa e outra flutuante, mas ambas não saíram do papel, pois os vereadores não aprovaram a estrutura de madeira com expõe Martins (2001, p. 265):

Uma obra de madeira, já nasceria caduca e não se resignavam os políticos-administradores a aceitação de soluções imediatas, sem visão de futuro. Estes fatos que antecederam a tão desejada e necessária construção, comprovam dificuldades que não impediram o desejo de acertar-se da modernidade, perseguindo para o seu âmbito os modelos de obra que mais lhe convinham.

Os brasileiros ainda tinham outra preocupação: a fixação de limites sobre o Rio Jaguarão e a Lagoa Mirim, pois desde suas origens a cidade de Jaguarão teve seu desenvolvimento ligado ao desempenho na navegação fluvial. Por iniciativa do Brasil, respondendo a uma reivindicação antiga do Uruguai, no ano de 1909 o congresso brasileiro aprovou o Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão foi aprovado em 1910, segundo o qual os países vizinhos estabelecem a linha de fronteira no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, ocasionando reflexos econômicos e militares sobre a região. O tratado foi assinado pelos ministros das Relações Exteriores no Brasil e no Uruguai, respectivamente Nilo Peçanha e Rufino T. Dominguez (GOLIN, 2004).

Voltemos aos anseios da população por uma ponte. Conforme Gutierrez (2013, p. 41), a população jaguareense contou com a adesão ao “pedido de Carlos Barbosa, presidente da província do Rio Grande do Sul, [para] o projeto [de construção] de uma ponte de cimento armado”. No final de seu mandato como presidente do estado (como era chamado, na Primeira República, o governador), mesmo não tendo a jurisdição necessária nos assuntos que envolviam limites entre dois países, Carlos Barbosa solicita estudos preliminares sobre a possível construção de uma ponte unindo os dois países fronteiriços. No ano de 1913, ele recebeu em mãos o primeiro esboço do que viria ser a ponte sobre o Rio Jaguarão ligando Brasil e Uruguai, assinado pelo engenheiro civil Rudolph Ahrons, natural de Porto Alegre e formado pela Escola Técnica Politécnica de Berlim. Como expõe Soares:

É mais que compreensível que assim tenha sido. Mesmo aqui não havendo nascido, foi neste torrão que sempre viveu, onde criou seus filhos, onde ergueu seu palacete, onde estava seu patrimônio, onde exerceu sua influência política por décadas (SOARES, 2007, p. 25).

O empenho de Carlos Barbosa pode ser explicado na medida em que conhecemos sua trajetória de vida, pois passou sua infância em Jaguarão, onde

depois de estudar no exterior, retorna e constitui sua família. Como expõe Soares (2007, p. 27), “parece que por residir em Jaguarão e conhecer as aspirações dos seus contemporâneos, Carlos Barbosa, por intuição política se adiantou cinco anos ao Tratado de 22 de julho de 1918”. Como podemos perceber no esboço (FIGURA 1).

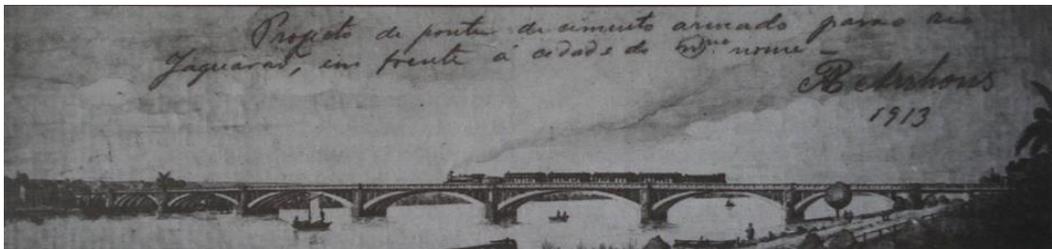


Figura 1: Esboço da Ponte Internacional de Rudolfo Ahrons (1913).
Fonte: SOARES, 2007, p.26.

Para compreendermos o Tratado de 1918, que estabeleceu o pagamento da dívida do Uruguai com o Brasil, precisamos entender o estado do Rio Grande do Sul do século XIX. As disputas pela dominação da bacia do Prata eram constantes durante o início do século XIX. Para crescer e fortalecer nesse espaço geográfico era preciso impedir que o país vizinho fizesse o mesmo. Nesse contexto político, Buenos Aires, antes mesmo da independência da Argentina, mantinha uma disputa com Montevidéu. A capital do novo país queria assegurar que seu porto seria o único da região a realizar exportações e importações, pois com isso a capital da Argentina ganharia o domínio de todo o interior e também da Banda Oriental. Conforme expõe Doratioto:

[...] O projeto político centralizador de Buenos Aires gerava tensão com outras províncias argentinas, com o Paraguai e repercutia na política interna do Uruguai. Havendo interesses dos fazendeiros gaúchos e bonaerenses no Estado oriental, este se tornou um espaço catalizador de tensões entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. (DORATIOTO, 2008, p.238)

A pretensão de Juan Manuel de Rosas que governava a Argentina era de novamente estabelecer o antigo Vice-Reinado do Prata. Então Rosas cercou Montevidéu, logo em seguida tratou de impor várias medidas como proibir viagens entre a Argentina e a cidade de Montevidéu, impedir que saíssem mercadorias do porto para o interior da América, deixando o porto para os estrangeiros. O governo uruguaio não avistando alternativa, enviou um representante ao Rio de Janeiro, o diplomata Andrés Lamas. Para os interesses do Império, era preciso ouvir o diplomático uruguaio com paciência. Como ressalta Pomer (1979, p.37), “precisava

que Montevideu não caísse nas mãos de Oribe, o aliado de Rosas; mas neste meio, uma intervenção armada aberta podia ser catastrófica”.

O pedido de ajuda por parte do Uruguai foi recebido com entusiasmo pelo Governo brasileiro, o Ministro Paulino de Sousa viu uma oportunidade para derrubar Rosas, o ditador argentino, do poder. O Uruguai enfrentava “a chamada Guerra Grande (1839-1851), enfrentando-se as duas correntes políticas do país, os blancos, liderados por Manuel Oribe, apoiado por Juan Manuel de Rosas, e os colorados, chefiados por Fructuoso Rivera, apoiado pela França e Inglaterra” (DORATIOTO, 2008, p. 224).

A conjuntura econômica do Império brasileiro não era favorável: encontrava-se num momento delicado, debilitado internamente, tentava evitar uma guerra civil, pois havia passado por várias rebeliões internas (POMER, 1979). Nesse momento, o Brasil enfrentava vários problemas com o tráfico de escravos. A Inglaterra pressionava o Governo brasileiro para acabar com o contrabando negreiro, pois este prejudicava o seu comércio de produtos para a África.

No início de 1850, a Inglaterra, para pressionar o Brasil, começou a atacar seus portos. Alguns políticos exaltados começaram a exigir do Governo brasileiro um posicionamento, que o Brasil, por exemplo, declarasse guerra contra a Inglaterra. Diante desta situação, o Governo brasileiro, através de seu Ministro Eusébio de Queirós, articulou um projeto para eliminar a Inglaterra do Prata.

O império lutava para se consolidar como unidade política e, ainda, enfrentava as ações navais dos ingleses contra o tráfico negreiro. O governo imperial não tinha condições de apoiar financeiramente o Uruguai. A solução encontrada foi oferecer um empréstimo particular, em dinheiro, para o governo do Uruguai, junto a Irineu Evangelista de Sousa, o empresário brasileiro, conhecido como Visconde de Mauá. Em 1850, Andrés Lamas, o plenipotenciário oriental, não tendo outra escolha, como o país estava enfrentando sérias dificuldades financeiras, aceitou todas as exigências, dentre elas que, “em caso de vitória, as dívidas seriam reconhecidas pelo tesouro do país, e teriam como garantia as rendas alfandegárias” (CALDEIRA, 1997; p. 217).

O resultado de todas as conversas acabou em um acordo secreto assinado por “três signatários: os governos do Brasil e Uruguai, e um simples cidadão brasileiro, que estava com o mesmo status dos governos” (CALDEIRA, 1997; p.

217). Em 12 de outubro de 1851, o Império brasileiro firmou pelo menos cinco tratados com Lamas, feitos às pressas: o primeiro assegurava a independência do Uruguai, enquanto outros diziam respeito a empréstimos, comércio e extradição de limites.

O Império brasileiro tinha suas intenções ao ajudar o Uruguai. Com o Tratado de Alianças com Montevideú e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, o Brasil iria conseguir livre acesso à navegação nos rios que compunham a Bacia do Prata e continuaria tendo acesso fluvial para a província de Mato Grosso, com isso facilitando o controle das revoltas como a que havia há pouco acontecido no sul, com a tentativa de separação do império da Província do Rio Grande de São Pedro.⁹

O Tratado de Paz foi assinado em 1851. O governo do Brasil, os governos das províncias de Entre Rios e Corrientes, e o governo de Montevideú, garantiam a independência do Uruguai e a liberdade de navegação no Prata. Neste mesmo ano o General Oribe, deposto pelas tropas brasileiras, refugiou-se na Argentina. O ano seguinte, 1852, foi a vez da queda de Rosas, pois o esquema contra Rosas já estava armado desde a primeira aliança.

[...] Com a derrota de Rosas, por sua vez, estava afastado o maior obstáculo à ação do Império no Rio da Prata, garantindo-se a livre navegação na região como também era obtido o reconhecimento da independência do Paraguai pelo novo governo da Confederação (DORATIOTO, 2008, p. 228).

Assim encerrava-se mais uma época de conflitos no Rio da Prata, relacionado aos antecedentes da construção da Ponte Internacional Barão de Mauá. Algumas décadas depois chancelarias brasileira e uruguaia, em 1918, iniciaram a elaboração de um projeto para a liquidação da dívida uruguaia, que atendesse efetivamente os dois países vizinhos.

Segundo Soares (2007), várias foram as tentativas de cobrança da dívida, mas a oportunidade surgiu com o tratado firmado em 22 de junho de 1918, que estabeleceu o pagamento da dívida do Uruguai com o nosso país na forma da construção de uma Ponte Internacional, além de um instituto para trabalhadores de ambos os países.

Como explica Soares:

⁹ General Oribe, presidente do Uruguai, e Manuel Rosas, presidente da Argentina, haviam apoiado os Farrapos na revolução separatista conhecida como Revolta Farroupilha, acontecida entre 1835 e 1845.

[...] Tratado de 22 junho de 1918, consolidando a dívida do Uruguai para com o Brasil em cinco milhões de pesos uruguaios (ou 1.063.829 libras esterlinas) e estabelecendo que o seu pagamento seria realizado pela República Oriental custeando a obra de construção de um instituto do trabalho de finalidade educacional para brasileiros e uruguaios, e da ponte que levaria o nome de Mauá (SOARES, 2007, p. 21).

O tratado da dívida foi firmado pelos ministros das Relações Exteriores no Brasil e Uruguai, respectivamente Nilo Peçanha e Baltazar Brum, que representaram os presidentes Venceslau Brás e Feliciano Vieira, na assinatura do Tratado de 1918.

No seu discurso, afirmou Nilo Peçanha:

Os meus votos, senão de secretário de estado, mas de representante do espírito liberal de meu país, são para que se desenvolva, através de outras fronteiras, a política que inspirou esse documento, sem compensações para nós, a não ser as que, reparando velhos erros aproveitasse a expansão das suas riquezas. É que os povos, hoje em dia, se prendem pelos seus aparelhos de intercâmbio, pela livre navegação dos rios ao comércio pelo acesso de seus portos, dos seus caminhos de ferro trocando as ideias, trocando trabalho e tocando as mercadorias. (PEÇANHA *apud* SOARES, 2007, p. 23).

Este trecho do discurso de Nilo Peçanha expressa à importância que a liquidação da dívida uruguaia representava para o povo brasileiro, sendo um projeto que atendeu e favoreceu ambos os países. O governo uruguaio legitimou o Tratado de 1918 no mesmo ano, com a lei nº 6.836, na qual o seu Poder Legislativo aprovou o projeto. O governo brasileiro aprovou o tratado somente no ano seguinte, pelo decreto 13.658, de 25 de junho de 1919. Para tratar de pontos a serem ainda definidos, formou-se uma comissão mista, composta por diversos profissionais civis e militares, conduzidas por Gabriel de Souza Pereira, do Brasil, e Virgílio Sampognaro, do Uruguai (SOARES, 2007).

Antes mesmo da comissão mista iniciar o projeto, o deputado brasileiro Carlos Garcia apresentou à Câmara Federal, em 1920, um projeto de lei que recomendava a substituição do Instituto de Trabalho por uma linha férrea que ligasse as cidades de Mello, no Uruguai, e Bagé, no Brasil, assim como a construção de dois edifícios para a exposição e produtos agrícolas e industriais, nas capitais de ambos os países, mas o projeto não foi adiante.

Em 1924, as expectativas de ambos os países aumentou, na medida em que foi dado início à divulgação na imprensa, em jornais das capitais Rio de Janeiro e Montevideú, dos editais de licitação para a construção da obra. O prazo final da licitação era o dia 1º de agosto de 1924, mas nas vésperas, no dia 31 de julho, foi anunciada a prorrogação até 15 de setembro, pois o governo brasileiro enfrentava

problemas na sua política interna¹⁰. Passada a instabilidade política brasileira, as propostas foram reabertas no dia 20 de outubro do mesmo ano. Mesmo existindo licitantes, foram todas recusadas.

[...] Inicialmente, foram selecionadas 04 propostas, onde os representantes da Comissão Mista brasileira optaram pela empresa de Santos que havia se unido a Dyckerhoff & Widmann de Buenos Aires “A proposta das companhias construtoras de Santos é de fato a mais barata e que melhores garantias oferece sob o ponto de vista técnico e também comercial”. No entanto, devido aos desentendimentos entre os altos Comissários, com relação ao processo realizado pelo governo brasileiro, foi anulada esta concorrência (MATOS, 2008, p.24).

O governo do Uruguai, descontente com a atuação do governo brasileiro no primeiro edital licitatório com a prorrogação imprevista, lança um segundo edital no dia 14 de março de 1925, com prazo de 90 dias para apresentação de propostas, a começar por sua publicação.

Afirma Soares:

A sequência dos fatos, apesar de manifestações em contrário por parte do Governo brasileiro com relação a algumas atitudes do Governo uruguaio das quais discordava, não significou, porém, mudanças maiores com referência ao processo licitatório, salvo quanto ao Instituto de trabalho, que permaneceu apenas na ideia até ser feita em 1928, a convenção Modificativa do Tratado de 1918, que sepultou definitivamente. (2007, p.39)

No dia 25 de setembro de 1926, em Porto Alegre, um grupo de intelectuais jaguarenses¹¹ que ali residiam publicaram no Jornal Diário de Notícias um memorial enviado pelo Ministro Brasileiro Dr. Hélio Lobo, que atuava junto ao governo uruguaio, reivindicando o início das obras de construção da ponte. Um trecho do memorial, afirma:

V. Exa., investido como está das relevantes funções de nosso Ministro junto à grande nação uruguaia, não tem necessidade de pormenores sobre as protelações que tem sofrido a realização dessa obra. Esse assunto deve ser-lhe familiar. Por isso, a nossa tarefa cívica, neste momento, fica muito simplificada. Poderemos aqui resumi-la em dizer-lhe que iniciamos, no Rio Grande do Sul, uma forte campanha em prol da Ponte Internacional. (*Diário de Notícias* apud SOARES, 2007, p. 41-42)

O Ministro do Negócio Estrangeiro, Hélio Lobo, responde o memorial agradecendo as considerações a seu respeito. No final, menciona que é de interesse de ambos os países a execução da obra, mas que um conjunto de circunstâncias ocasionais acabou colocando a execução de lado.

¹⁰ A revolta paulista de 1924, ocorrida na cidade de São Paulo, foi à segunda revolta tenentista.

¹¹ Soares (2007), não identifica o grupo de intelectuais.

A comissão mista foi extinta pelas chancelarias brasileira e uruguaia e uma nova proposta acertada no dia 17 de novembro de 1926, que confirmava a primeira das três cláusulas da proposta. A justificativa de desmobilização da comissão foi de ter alcançado os seus objetivos de realizar estudos para a construção da obra. A segunda cláusula da proposta foi de que a Ponte Internacional sobre o rio Jaguarão seria construída pelo Ministério de Obras Públicas do Uruguai, encarregado de iniciar as obras dentro do menor prazo, sendo contratada a empresa brasileira E Kemnitz & Cia. Ltda, de acordo com os projetos aprovados pela comissão mista. E a terceira e última cláusula menciona que o Governo brasileiro, através do seu Ministério de Obras Públicas nomearia um engenheiro para acompanhar os trabalhos de construção da obra (SOARES, 2007).

Começam a repercutir críticas na imprensa nacional quanto ao atraso da obra e questionamentos aos termos contratuais da empresa E Kemnitz & Cia. Ltda, aprovada na segunda licitação. O governo brasileiro manifesta sentir-se ofendido quando o governo uruguaio assume para si a responsabilidade de construção da obra, caso a empresa escolhida se desinteressasse. Para se defender, o governo brasileiro lança uma nota no *Jornal do Comércio*, do dia 2 de janeiro do ano de 1927 (SOARES, 2007, p. 47):

O interesse nosso, bem como Uruguai, era o de encontrar para sua realização um acordo prático, que assegurasse sua rápida construção como felizmente se encontrou nas negociações levadas a termo pelo ministro Helio Lobo. O governo, ao que estamos informados, vai publicar no Diário Oficial os documentos relativos ao acordo de 17 de novembro, para que o público se possa convencer da perfeita correção com que foram tratados os interesses do Brasil.

No ano de 1927, passados os incidentes que foram publicados na imprensa, começam as obras de construção da ponte. O governo uruguaio, sendo encarregado da construção, empossa o engenheiro Quinto Bonomi (Hijo), como chefe responsável pela direção e fiscalização dos trabalhos. Do lado brasileiro, incumbiu-se o engenheiro Arnaldo Pimenta da função de Delegado do Brasil junto à Direção das obras, que após a sua nomeação transferiu-se para Jaguarão, onde montou o seu escritório. Para tratar das desapropriações, contratou o advogado Dr. Álvaro da Costa Franco, em nome do governo brasileiro.

O jornal jaguareense *A Situação*, na sua publicação do dia 17 de fevereiro de 1927, informou a assinatura do contrato da empresa E.Kemnitz & Cia. Ltda com o

governo uruguaio. O sonho da população jaguareense estava perto de se tornar realidade, como podemos observar:

Agora, finalmente, vamos ter realizada em fatos a aspiração de toda a população jaguareense, pois o contrato entre o governo do Uruguai e a firma E.KEMNITZ & Cia. Foi assinado no dia 15 do corrente [...]. Está de parabéns a população conterrânea pelo grande melhoramento de que vai ser dotada esta terra e está de parabéns esta folha, que nunca esmoreceu na propaganda em prol desse melhoramento (SOARES, 2007, p.51).

A inauguração solene do canteiro de obras aconteceu no dia 21 de fevereiro do mesmo ano, com a presença de inúmeras autoridades, entre elas o senador Carlos Barbosa e os deputados federais Ildefonso Simões Lopes e Joaquim Luiz, com a presença de convidados especiais e da imprensa, bem como do Sr. Edgard Costa, da empresa E Kemnitz & Cia. Após o ato foi encaminhado ao Ministro Hélio Lobo um minucioso memorial sobre o dia em que foram iniciadas as obras pela empresa contratada.



Figura 2: Ponte Internacional Mauá em construção.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo: Fritz.



Figura 3: Ponte Internacional Mauá em construção em 1928.
 Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo: Fritz.

O Tratado de 1918 foi ainda modificado no dia 16 de fevereiro de 1928, com a exclusão do Instituto do Trabalho, como dito acima, alegando-se serem zonas pouco populosas na fronteira, além das dificuldades pedagógicas e com o idioma, passando o dinheiro a ser empregado em duas finalidades: a construção de uma estrada de ferro ligando Passo da Barbosa (ponto até onde vai o ramal que parte de Basílio, distrito da atual cidade de Herval), no Brasil, e a cidade de Trinta y Três, no Uruguai; e a criação de uma instituição com patrimônio de 200 mil pesos ouro uruguaios, para intercâmbio entre os dois países.

O engenheiro Pimenta da Cunha mapeou as áreas dos prédios e terrenos a serem desapropriados. Com base nos documentos apresentados pelo advogado Costa Franco, contatou os proprietários, organizou e expediu acordos para a compra e desapropriação da área. Foi em deferência ao brasileiro Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) que a ponte sobre o Rio Jaguarão recebeu o nome de Ponte Internacional Barão Mauá. Os dois países escolheram este nome devido a sua participação como Plenipotenciário Platino, sendo financiador do dinheiro que foi emprestado ao Uruguai, na guerra contra Rosas.

O Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, e posteriormente Visconde de Mauá, nasceu no dia 28 de dezembro de 1813, em Arroio Grande, no Rio Grande do Sul. Ficou órfão de pai aos nove anos de idade, indo morar no Rio de Janeiro, capital do Império, onde teve o seu primeiro emprego como caixeiro. Aos trinta anos,

foi considerado um dos homens mais ricos do império, dono de estradas de ferro, companhias de navegação e serviços públicos. Em seguida ampliou suas estratégias empresariais investindo no outro lado da fronteira, no Uruguai. Destacou-se por ser o grande negociador diplomático em acordos entre o Brasil e o Uruguai, referente a problemas políticos ocorridos no Prata¹².

Conforme Soares (2007), no início de 1930 o sonho dos jaguarenses e dos vizinhos do outro lado da fronteira estava se tornando realidade, a obra estava chegando ao final, faltando resolver a data da inauguração. Em 1930, a história política do Brasil tomava novos rumos, eclodia uma revolução resultante de conflitos em torno da presidência do país. A deposição do presidente constitucional eleito Washington Luís Pereira e Souza e a ascensão de Getúlio Dornelles Vargas ao poder representava a queda da “política do café com leite” e a promessa de uma nova sociedade.

Para o autor, novos ventos sopram para o Rio Grande do Sul e a inauguração da ponte era um desses. A abertura da solenidade de inauguração da Ponte Internacional Mauá deu-se às 10 horas do dia 30 de dezembro de 1930, quando se encaminhou para a alfândega brasileira o 3º Regimento de Cavalaria Divisionária e o Tiro de Guerra nº.1, acompanhados pela população.

O tráfego foi interrompido às 11 horas para a caminhada dos Plenipotenciários¹³ Mauricio de Lacerda e Rufino Dominguez, representantes dos governos, até o centro da ponte, onde assinaram ata e a deram por inaugurada. O cenário foi decorado com fitas com as cores oficiais de ambos os países de um lado ao outro, ao meio ficando interlaçadas, representado um símbolo de união e fraternidade entre os dois países vizinhos.

O discurso inaugural foi proferido pelo chanceler Rufino Dominguez, como podemos observar:

Os vínculos tradicionais que unem, em franca cordialidade, os nossos povos tem crescido no transcurso de mais de meio século em proporções tais que é difícil encontrar dois países cuja amizade sincera e espontânea se destaque de forma, mas ampla que a que cultivam o Brasil e o Uruguai.[...] Em nome do meu país e dos poderes públicos agradeço a todos o concurso valioso para o remate desta magnífica obra que consagra, para a perpetuidade os laços de concórdia e amizade que estreitamente vinculam

¹² CALDEIRA, Jorge. Mauá: Empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹³ O termo é muito utilizado no direito internacional, para qualificar o diplomata que é enviado a um encontro com plenos poderes para representar seu país na missão diplomática para o qual foi designado, podendo assinar acordos ou realizar negócios em nome do país que o enviou.

brasileiros e uruguaios...” (Rufino Dominguez apud Soares 2007, p. 135-139)

O chanceler Rufino Dominguez, em seu discurso, foi intenso ao pronunciar a palavra amizade, destacando o laço de união entre os dois países vizinhos. Após o discurso, foi executado o hino uruguaio; logo em seguida, o representante do país vizinho Mauricio Lacerda pronunciou seu discurso:

De aquí en adelante, en su eterna utilización, podremos abrazarnos de un pórtico al otro, como hoy, desde la frontera de mi patria lo hago sobre la frontera de vuestra, tan estrechamente y realizando tan simbólicamente la unión de esta cinta que nos separa sobre el puente, que veo establecer entre nosotros una perpetua unión, la cual nos permite extendermos las manos sobre las aguas del río antes de la construcción de este puente. (Mauricio Lacerda apud Soares, 2005, p.141)

Como podemos observar, nos discursos dos representantes dos dois países fica evidente que a ponte significaria um elo de fraternidade e encontro entre Brasil e Uruguai, simbolizando que a amizade entre ambos, estava selada com a ponte binacional.

A Ponte Internacional Mauá apresentava-se como uma novidade para a época, construída através de um sistema de concreto armado, com a aderência entre o concreto de cimento e o ferro, processo este que diminuía o tempo de execução da obra, como também seu custo. Pelo seu estilo, a ponte foi considerada a primeira de concreto armado da América do Sul (SOARES, 2007).

2.2 Um bem fronteiroço

Neste subcapítulo pretende-se apresentar reconhecimento, ressignificações e transformações da Ponte Internacional Mauá (FIGURA 4) para a população fronteira. O processo de construção da Ponte Internacional exigiu esforços de ambos os lados da fronteira para que o tratado firmado em 1918 se tornasse realidade, tornando esse encontro entre as culturas mais presente no cotidiano da fronteira, mas a sua patrimonialização, fenômeno mais recente, aconteceu em momentos distintos nos dois países.



Figura 4: Ponte Internacional Mauá
Autor: Lino Marques Cardoso

2.2.1. Patrimonialização

O termo de patrimônio referia-se, tradicionalmente, a tudo que pertencia ao pai (pai de família), de à herança paterna, característica da transmissão da carga hereditária de um grupo social para suas gerações futuras. Os bens, a terra, os animais, os objetos de uso comum eram passados de pai para filho, de um grupo para outro ao longo dos anos, de forma que não se perdessem e não fossem extintos ou destruídos. Logo, para a tradição, o patrimônio decorre da apropriação privada dos bens. Segundo Funari e Pelegrini (2008, p.11), “não havia o conceito de patrimônio público. Ao contrário, o Estado era apropriado pelos pais de família. O patrimônio era patriarcal, individual e privado da aristocracia¹⁴”.

As noções relativas a patrimônio que temos hoje começam a surgir não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas para todo um povo, como fruto de única origem. A preocupação das sociedades modernas com o patrimônio acabou rompendo com bases aristocráticas e privadas do colecionismo, no contexto que possibilitou surgirem os Estados nacionais. Conforme Fonseca (2005, p. 59), “a noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de

¹⁴ A referência dos autores ao patrimônio é no sentido de posse, tudo que compreendia a família estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, os escravos, bens móveis e imóveis, até mesmo os animais, que eram passados de geração em geração entre antigos romanos.

construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos”.

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática - o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados - e de uma motivação ideológica - necessidade de ressemantizar esses bens. (FONSECA, 2005, p.58).

Como podemos perceber ao longo do tempo, a concepção de patrimônio adquiriu novos elementos e vinculou-se de forma interessante à ideia de nação e cultura. Cria-se, neste caso, um universo simbólico característico aos patrimônios culturais, onde o valor nacional é o seu cerne (FONSECA, 2005 p.29-31). Conforme Poulot (2009, p.199), a partir da década de 1970, a cultura sofre uma mudança na definição de seu conceito, deixa de ser aquela definição canônica de uma herança cultural que se transmite de geração em geração, e passa a se entender como um conjunto de ideias de culturas múltiplas e propícia a alimentar e fortalecer a pluralidade de identidades. Pensando assim, o patrimônio passa ser uma “categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2009, p.22), no qual o seu objetivo é guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser.

O conceito de patrimônio, entretanto, não esteve estático até os dias de hoje. Adquiriu novas acepções, vivenciou a transformação de valores simbólicos essenciais à categoria de pensamento, e a incorporação de outras dimensões, além da histórica e artística. Conforme Poulot (2009 p.14), “na virada do XX para XXI, o patrimônio vem como algo que deve contribuir para revelar a identidade de cada um”.

Sendo assim, “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (Poulot, 2009, p.12). A própria sociedade vai entender o que faz parte da sua identidade para assim preservar. O patrimônio passa a ter sentido para comunidade não como algo dado, pois é a própria sociedade que vai dizer o que faz parte de sua identidade para ser preservado. Assim, a ideia de patrimônio cultural vai implicar a existência de um valor a ele atribuído como justificativa da sua importância para a sociedade. Segundo Possamai (2000, p.21), o patrimônio apresenta-se “como documento da

sociedade, é inegável a relevância que este tem, independente dos grupos, classes ou etnias que ele venha a representar ou ainda dos períodos históricos a que se refere, por mais sombrios que esses possam ser”. Dessa forma, o processo de patrimonialização contribui para que a cultura local não seja esquecida. Segundo Prats (2008):

Toda activación patrimonial, desde una exposición temporal o permanente, hasta un itinerário o un proceso de patrimonialización de un território, de inspiración más o menos ecomiseística, incluso una política de espacio o bienes culturales protegidos, si se quiere apurar la imagen, comporta un discurso, más o menos explícito, más o menos consciente, más o menos polissémico, pero absolutamente real (PRATS, 2008, p.20).

Conforme Fonseca (2005) é na década de 70 que ocorre uma redefinição na política promovida pelo Estado com relação à preservação da herança formadora do Brasil. Internacionalmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO - passa a utilizar o conceito “patrimônio cultural” em substituição ao de “patrimônio histórico e artístico”. Neste período acontecem mobilizações de associações e de comunidades culturais, inquietações e transformações sociais que vão influenciar as políticas e as ações adotadas no Brasil para preservação do nosso patrimônio cultural.

As reivindicações em torno do patrimônio se constituem pelos diversos grupos sociais que compõem a sociedade, relações sociais estas que podem ser simbólicas ou afetivas em relação ao bem, podem envolver formas de conflito econômico, político e identitário. Nesse sentido, patrimônio é relevante socialmente se o mesmo representar valores desta sociedade.

No Uruguai, o processo de proteção patrimonial está amparado pelo artigo 34 da Constituição da República que se desenvolve na Lei nº 14.040 de 20 de outubro de 1971, em que seu artigo 1º regulamentado pelo Decreto nº 536/972 de 01/08/1972 decreta a criação de uma Comissão do Patrimônio Cultural da Nação (CPCN), que funciona ligada à do Ministério da Educação e Cultura, sendo integrado por quatro delegados do Ministério da Educação e Cultura¹⁵ (QUINTELA, 2013).

Desse modo, a Lei nº 14.040 regulamenta e dá garantias para o funcionamento da CPCN e também prevê políticas e normas para os

¹⁵ Será presidido por três delegados do Poder Executivo, que serão selecionados dentre pessoas com carreiras destacadas no campo da conservação, exibição ou desenvolvimento de bens de valor artístico, cultural ou histórico, um delegado do Ministério dos Transportes e Obras Públicas e um delegado da Universidade da República.

departamentos¹⁶ e municípios com seus bens culturais. Assim, no seu artigo 2º vai definir as atribuições da CPCN, dentre elas “asesorar al Poder Ejecutivo en el señalamiento de los bienes a declararse monumentos”; na segunda definição vai atribuir a responsabilidade da CPCN a “velar por la conservación de los mismos, y su adecuada promoción en país y en el exterior”, assim como no quarto tópico do Artigo 2º atribui à CPCN a responsabilidade para “proponer el plan para realizar y publicar el inventario del patrimonio histórico, artístico y cultural de la nación”.

Conforme os critérios que nortearam as práticas de preservação naquele momento no Uruguai, o Artigo 5º da Lei Nº 14.040 faz referência aos tipos de patrimônio cultural que seriam eleitos para proteção patrimonial.

Podrán ser declarados monumentos históricos, a los efectos de esta ley, los bienes muebles o inmuebles vinculados a acontecimientos relevantes, a la evolución histórica nacional, a personajes notables de la vida del país o a lo que sea representativo de la cultura de una época nacional” (URUGUAY, Ley Nº 14.040).

Dessa maneira, ainda na década de 70, a Ponte Internacional Mauá é declarada como Monumento Histórico Nacional do Uruguai pela Resolução do Poder Executivo nº 929, de 25 de junho de 1977, sendo publicado no dia 7 de julho de 1977 no Diário Oficial nº 20.043. Assim, a ponte recebe a sua primeira proteção patrimonial pelo Uruguai quarenta e seis anos depois data de inauguração oficial da mesma, no ano de 1931.

No Brasil, demoraram algumas décadas para ocorrer a proteção patrimonial da Ponte Internacional Mauá, pois começou a tornar-se realidade apenas no século XXI, quando a Prefeitura Municipal de Jaguarão solicitou o seu tombamento¹⁷ à 12ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Rio Grande do Sul, no ano de 2007, resultando na abertura de um processo administrativo com este fim em março de 2008. Um ano após o encaminhamento do pedido do prefeito à superintendência regional, o IPHAN em Brasília deu início ao processo de tombamento da ponte, ou seja, somente em 2009. O objetivo explícito da prefeitura para justificar o pedido era preservar o bem e desenvolver o turismo na região.

¹⁶ O Uruguai é dividido em 19 jurisdições administrativas chamadas departamentos.

¹⁷ O tombamento é o instrumento jurídico criado em 1937 pelo Decreto-lei nº 25 como uma forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro. <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf(1).pdf)>. Acesso em abril de 2016.

O processo de tombamento da Ponte Internacional Mauá é composto de dois volumes, e foi elaborado conforme os critérios que nortearam a prática de preservação nas décadas de 70 e 80. Conforme expõe Fonseca:

A partir de 1960 esses processos passaram a ser formados segundo uma certa sistemática, constituindo-se em verdadeiros dossiês, em que são anexados não apenas documentos oficiais (pedido de tombamento, notificações ao proprietário, pareceres, atas do conselho consultivo, eventuais impugnações e contra-razões etc.), como todo material que diga respeito ao processo (recortes de jornais, revistas, carta, abaixo-assinados, informações extraídas de livros e de folhetos, fotos, plantas, desenhos, etc.) (2005, p.156)

A primeira página do processo de tombamento é elaborada pelo requerente, o “*interessado*”. Neste caso, o pedido da prefeitura da cidade de Jaguarão para o tombamento da Ponte Internacional Mauá. Em seguida, estão o texto de autoria do Aldyr Gracia Schlee, o artigo “A ponte”, expõe a experiência afetiva com a ponte e também acentua aspectos de sua construção, enfatizando a ponte como a maior obra de infraestrutura em concreto armado construída na América do Sul e a primeira deste tipo construída entre os países da região; e também se encontra a cópia do livro “A ponte Mauá - Uma história”, de Eduardo Álvares de Sousa Soares, expondo os aspectos relativos ao projeto, à técnica e à execução da obra.

Pode-se analisar que nestes textos, anexados ao processo, a forma de atribuir valores e significados ao bem cultural em questão representam uma parcela da população, com discursos que se propõem estabelecer determinadas memórias, excluindo outras. Os depoimentos pessoais dos autores e sua relação com a ponte provavelmente não representam um todo significativo, são pouco representativos da relação que a comunidade possui com o bem, em geral – ou seja, estão em certa medida desvinculados da importância e do significado que a ponte tem para a comunidade jaguarense.

As contribuições de valores considerados nacionais constam no processo de tombamento da Ponte internacional Mauá como um projeto de construção de uma memória comum, com vistas a afirmar os valores sobre o passado e a identidade da nação. Sob essa perspectiva, o tombamento torna-se um dos meios na construção de sentidos e significados sobre a nação como abstração geral e não para a população local como grupo social concreto.

No final dos anos 60 começou crescimento da conscientização do patrimônio, quer no Brasil, quer em toda a América Latina.

O primeiro deles é o seu caráter abrangente que se manifesta na própria conceituação do termo, que passa de patrimônio histórico para patrimônio cultural. Isso denota um distanciamento de um enfoque limitador, centrado em aspectos apenas históricos, estéticos e oficiais, e uma aproximação com outras áreas que passam a qualificar o termo patrimônio cultural que não deixa de incluir o histórico (LUPORINI: 2000, p. 2007).

No Brasil, esse movimento firma-se no início dos anos 80, num processo de redemocratização e abertura política, no qual começaram a surgir diversas manifestações sociais em favor de tombamentos. Esse processo foi importante para provocar a ampliação da participação da sociedade brasileira na tarefa de preservar e valorizar o patrimônio cultural no país.

A via da cultura passou a construir, nos anos 70 e 80, caminho privilegiado para elaboração de novas identidades coletivas e um instrumento fundamental para os grupos sociais que constroem e que muito frequentemente, contestam a legitimidade dos patrimônios históricos e artísticos nacionais (FONSECA, 2005, p.170).

Pensar em democratização de políticas patrimoniais é inicialmente considerar que a memória é diferente e pluralizada. Para Pierre Nora (1993), a memória recorre aos valores que cultivamos individualmente e está, intimamente, associada à memória coletiva, porque constitui um elemento de negociação importante no convívio social. No entanto precisamos contemplar a multiplicidade de experiências sociais, garantindo uma ampla participação popular nos processos de seleção do que deve ser lembrado ou esquecido.

Os agentes diversos que ativam esse patrimônio produzem e difundem uma representação patrimonial específica, a partir de seus interesses, explicitados no processo, para incluir os seus objetos na imagem que estabelece fronteiras aos termos cultura e identidade nacional. Esse processo passa a ser o resultado de uma imagem mais consensual, através de um padrão mais coeso de símbolos inseridos no cotidiano das pessoas e nos instrumentos de comunicação do seu passado.

Durante muitos anos a preservação de bens patrimoniais coube, exclusivamente, ao Estado, como responsável por estabelecer qual o diálogo e qual a identidade nacional que esses patrimônios deveriam transmitir para a sociedade. Essas políticas públicas relacionadas ao patrimônio sempre têm a presença de especialistas que atuam nas diversas especialidades patrimoniais. Esses técnicos atuam em nome de um interesse coletivo que é, na maioria das vezes, o interesse das classes dominantes, manifesto através do Estado, sejam interesses – não

necessariamente convergentes e idênticos – de elites econômicas, políticas ou intelectuais. Assim são criados os bens patrimoniais, símbolos da nação.

A partir dos anos 70, aos poucos, os técnicos da área do patrimônio, políticos, associações civis e os representantes acadêmicos juntam-se para discutir os significados políticos e culturais da preservação do patrimônio cultural, o respeito à pluralização da participação social, mas o que presenciamos até os dias de hoje é em grande parte uma prática de preservação desvinculada da população. O patrimônio cultural foi se desenvolvendo como um produto da sociedade, construído através de suas relações de forças, neste sentido permitiria que à memória coletiva transformasse o bem patrimonial.

Quanto à preservação, houve alterações significativas nos órgãos/instituições responsáveis pelas políticas de preservação. Os municípios se tornaram mais atuantes e utilizam-se cada vez mais dos princípios da gestão democrática com a criação dos conselhos de cultura e/ou de preservação do patrimônio. Como expõe Fonseca:

Mas fica evidente que o interesse na preservação de bens culturais deixou de ser quase que exclusivo dos funcionários do SPHAN, conforme ocorria nas décadas anteriores. Assembleias legislativas e prefeitura por iniciativa pessoal de congressistas e prefeitos ou enquanto intermediárias de grupos locais, encaminharam vários pedidos, do mesmo que instituições culturais (2005, p.183).

No que se referem aos dispositivos legais e institucionais, essas alterações se refletem, de um lado, na maior autonomia dos municípios rompendo com o caráter hierárquico tradicional das políticas públicas, de outro, como percebermos, casos como o da Ponte Mauá, apesar de ter havido iniciativa municipal, não refletem no envolvimento efetivo da comunidade local na concretização dos planos preservacionistas.

No processo de tombamento da Ponte Internacional Mauá percebemos, além de interesses locais (por exemplo, políticos, universitários, comerciais), a presença de interesses políticos e econômicos nacionais, pois, quando o processo se encontrava em andamento, a ponte tornou-se projeto piloto de reconhecimento de bens culturais regionais pela Comissão de patrimônio cultural do MERCOSUL.

Nacionalmente, a Ponte Internacional Mauá recebeu em 2011 a primeira nomeação por parte do IPHAN, como Bem Cultural Binacional, através do Processo de Tombamento nº 1.571-T-09, inscrito em 20 de setembro de 2012 no Livro do

Tombo Histórico (volume 03, folhas 41-43, inscrição 607), no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico (volume 02, folhas 72-73, inscrição 157) e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas (volume 01, folhas 02-05, inscrição 005).

A proteção e salvaguarda da ponte ficaram sob a responsabilidade de instituições nacionais, o IPHA, no Brasil, e o CPCN, no Uruguai. Assim, cada lado da fronteira vai procurar a melhor maneira de conseguir gerir este bem, de acordo com suas próprias legislações. Essas medidas de preservação e conservação das instituições nacionais de ambos os países da fronteira provocam, na população local, certa esperança, como podemos perceber no relato do morador jaguareense R. S. L. “a gente fica com aquela expectativa da restauração dessa ponte que é muito bonita e um marco histórico de Jaguarão”.

Em 2012, começa ser discutida na VII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL¹⁸, realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, a candidatura da Ponte Internacional Mauá a patrimônio cultural do MERCOSUL, apresentada pelos representantes do GT Binacional Brasil/Uruguai. No ano seguinte, na cidade de Montevidéu aconteceu a VIII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL¹⁹, onde foi aprovada a ata da reunião anterior.

Desse modo, o certificado de “Categoria Patrimônio Cultural do MERCOSUL”, conferido à Ponte Internacional Barão de Mauá, foi emitido pelo anexo Ata nº 01/2013, da X Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, ocorrida em novembro de 2014, na cidade de Buenos Aires. Em 2015, Jaguarão recebe a XI Reunião da CPC – MERCOSUL, onde foi apresentada a proposta de Plano de Gestão da Ponte Internacional Mauá, entre outros assuntos.

As instituições nacionais de proteção, do Brasil e do Uruguai, percebem, no reconhecimento da Ponte Internacional Barão de Mauá como o primeiro bem do MERCOSUL, a dificuldade quanto aos métodos de institucionalização e de tutela do patrimônio cultural, em razão da transnacionalidade do bem, que exige novos parâmetros de gestão.

¹⁸ MERCOSUL Cultural. Ata da VII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VII_reuniao_cpc_mercosul_portugues.pdf. Acesso em outubro de 2016.

¹⁹ Ata da VIII Reunião do CPC/MERCOSUL. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VIII_reuniao_cpc_mercosul_espanhol.pdf. Acesso em novembro de 2017.

A gestão administrativa do bem patrimonial, partilhada por ambos os países, como bem binacional ou como bem do MERCOSUL, é uma questão que já foi abordada, aparecendo em alguns estudos. Por exemplo, em Ivana Santos (2017), que investigou em sua tese de doutorado os métodos de institucionalização e tutela da Ponte Internacional Mauá, enquanto patrimônio cultural, envolvendo as políticas de gestão patrimonial adotadas no âmbito do MERCOSUL, entre Brasil e Uruguai, com base nos acordos, tratados e entrevistas realizadas com os envolvidos na Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL - CPC.

A proposta do Plano de Gestão da Ponte, ainda não formalizada em acordo internacional entre Brasil e Uruguai, porém, se oficializada, pode representar um importante avanço na gestão patrimonial da Ponte, pois contempla uma poligonal transnacional que será gerida de forma integrada no território de ambos países, tal como exige o bem, mas contemplando os interesses e responsabilidades de cada uma das comunidades afetadas. (SANTOS, 2017, p.148)

Segundo Santos (2017, p. 148), o plano proposto pela comissão de representantes do IPHAN e do CPC, está em seu momento inicial, “no que se refere às ações e decisões do MERCOSUL, como no que tange à assinatura de acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai”, para que haja de fato ações concretas das instituições nacionais em ambos os países. A autora dá ênfase nos desafios enfrentados por essas cidades da fronteira para a preservação e gestão do seu bem patrimonial, por se tratar de um bem que ultrapassa as fronteiras identitárias nacionais. Desse modo, Santos ressalta:

A regulamentação e a gestão de um bem transnacional nem sempre é algo ágil para ser conquistado, pois que dependente da vontade política de mais de um Estado Soberano, e de estratégias diversas que atendam aos interesses de ambos, inclusive de suas populações e governos locais (2007, p.21).

A ponte tem sido nos últimos anos objeto de estudo tanto no que se refere à questão patrimonial quanto à relação paisagística do lugar. É neste sentido que a pesquisa da Luciana Costa (2011) apresenta a ponte. A autora expõe a paisagem cultural transfronteiriça, a partir do rio Jaguarão e da Ponte Internacional Mauá, como uma paisagem cultural marcada pela temporalidade, por configurarem uma paisagem cultural brasileira, mas ao mesmo tempo interligadas ao outro lado da fronteira.

A importância do rio no que se refere à sua funcionalidade como elemento de aproximação da população de Jaguarão e Rio Branco, bem como à sua função comercial de escoadouro da produção de ambas, foi decrescendo a partir de construção da Ponte Internacional Barão de Mauá, em 1930, e da

linha ferroviária no ano seguinte, que viabilizou ainda mais as trocas comerciais e a logística de transporte entre Brasil e Uruguai e, especificamente, entre Jaguarão e Rio Branco (COSTA, 2011, p.147).

Segundo Costa (2001), há uma valorização diferenciada, dada ao rio e à ponte, pelos dois municípios, é percebida em dois planos paralelos. O primeiro plano é simbólico, no nível dos emblemas associados à identidade política oficial: os uruguaios vinculam a ponte à sua bandeira, estando presente no escudo oficial do município de Rio Branco (FIGURA 5); já a os brasileiros fazem o mesmo, mas com o rio, colocando-o como emblema em sua bandeira municipal, junto ao Jaguar (FIGURA 6), figura lendária que lhe dá nome. O segundo plano, conforme a autora, diz respeito a manifestações culturais²⁰, seguindo a mesma lógica: o enfoque brasileiro é dado ao rio, enquanto o uruguaio, à ponte.



Figura 5: Escudo oficial do município de Rio Branco.

Fonte: ALEJO, 1992, s. p.



Figura 6: Escudo oficial do município de Jaguarão.

Fonte: Portal eletrônico da Prefeitura de Municipal de Jaguarão.

Dessa maneira, são ideias que sustentam a forma de pensar da comunidade estabelecida nesta fronteira brasileira e uruguaia, na qual as comunidades compartilham significados cognitivos baseados em conceituações relacionadas ao afetivo. Além dos estudos citados, existem pesquisas que expõem o significado da ponte nas lembranças da população local e dos que já passaram pela fronteira Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai. Por exemplo, Soares e Franco (2010) apresentam significado desta fronteira através dos relatos de moradores de Jaguarão e dos forasteiros (aqueles que moraram por algum tempo na cidade). Logo, mostram a aproximação da população jaguareense com outro lado da fronteira, proporcionada pela ponte.

²⁰ Segundo Costa (2011), foram selecionamos alguns poemas, de modo a tentar compreender como a Ponte Internacional Barão de Mauá estrutura simbolismos no imaginário local.

[...] como muita gente, comprávamos pão no Uruguai, cabendo a mim atravessar dia sim, dia não, a Ponte Internacional Mauá com essa missão, às vezes enfrentando nevoeiro e o vento minuano tão frio e tão forte, que parecia querer me lançar nas águas do rio, inflando insistentemente minha capa de lã provida de capuz. Na aduana uruguaia, era obrigado a exibir meu atestado de vacinação contra varíola. [...] Eu costumava muito ir ao cinema da vizinha Rio Branco nos domingos, porque o preço era menor e os programas eram duplos, isto é, com duas “películas”. Às vezes saía assombrado do cinema porque os filmes eram trágicos, com cenas de crimes brutais, e não havia o controle de idade para os espectadores como no Brasil. [...] A emissora [rádio Cultura, ZYU-7, única emissora de rádio local] tinha programa de calouros infantis, dos quais tive a honra de participar, transmitia jogos de futebol e até julgamentos da justiça criminal. Atendia também o público uruguaio aceitando suas dedicatórias e mantendo uma parte da discoteca a seu gosto. Jaguarão, como Rio Branco, era uma cidade bilíngüe. Para ser admitido no comércio era imprescindível falar correntemente português e espanhol (SILVEIRA DE LIMA *in* SOARES; FRANCO, 2010, p. 134-135).

No trecho acima, podemos perceber a Ponte Internacional Mauá como um de lugar de rememoração mesmo para aqueles que não moraram uma vida inteira na fronteira uruguaio-brasileira, como é caso do interlocutor acima que foi considerado na obra de Soares e Franco, como forasteiro. Na mesma obra, como morador da cidade, temos o relato de Schlee²¹, que ressalta a magnitude da ponte.

Jaguarão está ali, a meio caminho de Montevideu e Porto Alegre, entre dois pequenos cerros - o da enfermaria e o do cemitério - e o rio que lhe dá nome e que separa e une a cidade a Rio Branco, do outro lado, no Uruguai. [...] Distingue-se das outras, contudo, por causa do sortilégio paradoxal de sua ponte superlativa, que ao mesmo tempo liga e separa dois mundos iguais; e que desafia o visitante ante sua espetacular monumentalidade de meia légua, a esgotar qualquer repertório de adjetivos (SCHLEE *in* SOARES; FRANCO, 2010, p. 260).

De acordo com o tempo, cada geração acaba ressignificando a ponte ao seu modo. Nesta mesma linha, Schlee (2001) apresenta em sua obra “Uma terra só”, uma seleção de contos sobre a fronteira, Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai. Em um dos seus contos, faz referência ao dia da inauguração da Ponte Internacional Mauá.

Foi o verão mais quente que já se teve; e foi o dia mais quente de todos os verões, aquele primeiro de janeiro de mil novecentos e trinta e um. [...] Entretanto, era um dia de festa aquele primeiro de janeiro. Com autoridades, banda de música, poupa nova e girandola de foguetes: inaugurava-se a Ponte, a enorme ponte de como um quarto de léguas, ligando finalmente o Brasil e Uruguai (SCHLEE, 2001, p.65).

Seguindo a mesma linha literária, sobre contos da fronteira uruguaio-brasileira, Schlee lança a obra intitulada a “Linha divisória”. Ao referir-se à cidade de

²¹ Aldyr García Schlee foi escritor, jornalista, e professor. Sua obra literária tinha como temas e cenários fundamentais a área de fronteira uruguaio-brasileira.

Jaguarão, coloca que “há aqui uma linha divisória entre Jaguarão e o resto do mundo”. Em um dos contos ‘ida e volta”, trata da perda das luminárias que a Ponte Internacional Mauá tinha no momento da sua inauguração, e que hoje não tem mais, pois foram substituídas por arcos de metal (FIGURA 7).

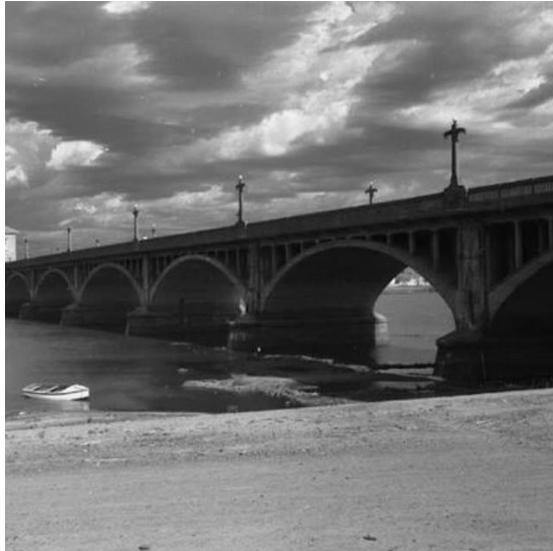


Figura 7: Ponte Internacional Mauá
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

Schlee (2015, p.25), saudosista, afirma: “a ponte já não tinha seus postes de concreto, derrubados e agora atulhando o rio; nem os bojos de luz, substituídos por lâmpadas de mercúrio”. Tal qual aparece no relato do morador de Jaguarão M.G.C:

Os pilares de concreto que tinha no interior da ponte e as iluminárias foram jogados para dentro do rio e, até poucos anos atrás, quando o rio estava baixo, alguns desses pilares de concreto foram encontrados por algumas pessoas. Devolvidos, talvez estejam alguns guardados como troféus da época. Foi muito rápido o corte disso, ninguém foi avisado e aí colocaram luminárias de ferro no alto, mas mudou um pouquinho as características originais.

O relato acima, assim como os contos do autor precitado, indicam como a população vai percebendo as modificações na ponte ao longo do tempo. Nas primeiras páginas do processo de tombamento da ponte pelo IPHAN²², consta em anexo o artigo do Professor Andrey Rosenthal Schlee²³ (2001) denominado “A

²² Processo número 1570 T-09 (Processo nº 01512.000067/2008-01) de tombamento da Ponte Internacional Mauá pelo IPHAN.

²³ O filho do escritor Aldyr Schee é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1987), mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999). É professor Titular da Universidade de Brasília. Atualmente é Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do IBRAM.

ponte”, onde expõe a experiência pioneira da técnica usada na construção da ponte, detalhando aspectos relativos ao seu projeto de execução, como também, enfatizando a ponte como a maior obra de infraestrutura em concreto armado construída na América do Sul e a primeira deste tipo construída entre os países da região como também o texto “Quando volto a Jaguarão”, que aborda aspectos simbólicos da ponte.

Nesta explanação introdutória, queremos apenas assinalar a existência de uma considerável produção literária sobre a Ponte Internacional Mauá, literatura histórico-acadêmica e ficcional, apontando assim o seu reconhecimento como o principal símbolo iconográfico da cidade de Jaguarão e de Rio Branco, pois, ao momento tempo em que ela foi declarada Patrimônio Cultural do MERCOSUL, intensificou-se a divulgação da sua imagem (FIGURA 8 e 9) pelo poder público de ambos os lados.



Figura 8: Logo da Gestão 2015/2020
Fonte: Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio Branco



Figura 9: Logo da Gestão 2017/2020
Fonte: Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaguarão.

Como exposto nas imagens acima, a ponte é um patrimônio local, vivenciado pela população local. Esta vivência local deste patrimônio se intensifica pelo seu reconhecido como binacional, por isso as vivências e significados ali experimentados são aguçados pela percepção das pessoas que ali transitam, moradores ou não. Mas é a população fronteiriça que a vivencia no seu cotidiano. Logo a ponte constitui suas articulações com o tempo – para a população local é um lugar de memória, que cada geração vai ressignificando.

Nesse sentido, a ponte concerne questões locais sobre memória e identidade, do mesmo modo como tem significados na constituição da paisagem do lugar. Ou seja, pensar a ponte na perspectiva das memórias múltiplas implica perceber este lugar para além da visão normativa, considerando inclusive as vivências subjetivas daqueles que vivenciam este lugar cotidianamente, sejam trabalhadores,

aposentados, jovens, assim vislumbrando o espaço como plural, tendo suas configurações entre passado e presente, como será explorado no próximo capítulo.

3. A ponte nas Memórias de fronteira

Este capítulo apresenta a ponte nas lembranças da população da cidade de Jaguarão, do lado brasileiro da fronteira incluindo aspectos socioculturais, econômicos e afetivos, percebendo assim, as permanências, ressignificações e transformações da ponte na memória desses sujeitos.

3.1 Memórias Brasileiras

3.1.1 A ponte nas lembranças dos jaguarenses

A memória, contemporaneamente, se apresenta a partir de diversas diretrizes e conceituações, sendo elas: como faculdade de lembrar, de reter impressões, ideias, lembranças, recordações e reminiscências. Todavia, torna-se um elemento essencial nos processos sociais e históricos, pois consiste em manter um sentimento de continuidade histórica de um grupo, já que o seu valor está atrelado às experiências vivenciadas pelos sujeitos pertencentes a esse grupo.

Nessa busca de compreensão da memória se faz importante discutir algumas definições dessa. Como apresentada por Maurice Halbwachs (2003), que nos fornece alguns conceitos fundamentais para sua compreensão, a memória é construída socialmente, por quadros sociais, assim como a representação que a sociedade vai ter dela própria. Os quadros sociais “são estímulos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que concorde em cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (Halbwachs, 2003, p.10), pois são estímulos essenciais que estruturam, reorganizam e auxiliam na construção das lembranças sobre o passado no presente.

Dessa maneira, os quadros sociais seriam os grupos aos quais o indivíduo se relaciona durante sua trajetória de vida como família, escola, trabalho e entre tantos outros. Como relata o interlocutor M. G. C²⁴. que ainda pequeno veio morar em Jaguarão, por que seu pai, residente na cidade de Maldonado no Uruguai,

²⁴ M.C.G. Professor aposentado, morador de Jaguarão/ Brasil, entrevista concedida em março de 2018.

empregou-se na construção da ponte. Assim, a história da construção da ponte está entrelaçada com a história sobre a sua vida familiar.

[...] a ponte também nos interessa tendo que considerar que meu pai quando veio de Maldonado, ele veio com a primeira leva de trabalhadores do interior o Uruguai para trabalhar na ponte em 1926. Ele trabalhou de 1926 até o momento da inauguração em 1930. Como ferreiro armador, eu ainda tenho hoje em meu poder o martelo que ele usava para preparar as ferragens da ponte. Então a ponte Mauá é um ícone da arquitetura moderna em Jaguarão (M.G.C., 2018).

O objeto do martelo (FIGURA 10) apresenta-se como um elemento de rememoração do passado não vivido do interlocutor, que relembra por meio dos relatos de seu pai a construção do que considera um ícone da arquitetura moderna. Portanto a ponte representa uma parte significativa da história individual do sujeito que se conecta a de um grupo, como podemos perceber no relato do interlocutor F.C. S.C.²⁵ (2019): “meu bisavô trabalhou na construção da ponte, ele contava as dificuldades que passaram, pois naquele tempo tudo era feito no braço e [contava] quantos de seus companheiros perderam a vida em acidentes de trabalho”. O martelo citado acima pelo interlocutor M.G.C. (2018) representa também a difícil condição de trabalho da época.



Figura 10: Martelo utilizado na construção da ponte.
Fonte: Arquivo da autora.

A estética da arquitetura da ponte também é elemento importante adotado pelos moradores jaguarenses como forma de rememoração, pois se tornou um lugar de admiração e de lazer, como relata a interlocutora N. M. S.²⁶ (2018): “meu avô trabalhou na construção da ponte, ele tinha muito orgulho da beleza que ela ficou”. A

²⁵ F.C.S.C. Despachante aduaneiro, morador de Jaguarão/Brasil, questionário realizado em janeiro de 2018.

²⁶ N.M.S. Professora, moradora de Jaguarão/Brasil, questionário realizado em maio de 2018.

moradora L. F. V.²⁷ (2014), também relata um momento que ficou na sua memória, “foi quando enfeitaram todinha a ponte no Natal – fizeram um natal luz em cima da ponte, fizeram uma única vez”. Aliás, o interlocutor R. S. L.²⁸ (2014) relata também o modo como a ponte (figura-11) fixa nas lembranças dos moradores: “todos vão ao cais, as pessoas se sentam no cais do lado da ponte e ficam analisando, filmando e tirando foto”.



Figura 11: Ponte Internacional Mauá vista do lado brasileiro
Autor: Lino Marques Cardoso

De encontro com as afirmações apresentadas nas entrevistas, esses momentos vivenciados na ponte conservam um volumoso e profundo acúmulo de fatos que vêm marcando de maneira significativa a memória da população jaguarense. Como é possível observar no relato da interlocutora jaguarense G.N. (2019):

Quando criança voltava a pé com minha mãe de Rio Branco quando o exército estava com armas engatilhadas na alfândega brasileira. Pararam minha mãe e eu me assustei e saí correndo escadinha abaixo [...]. Gostava de ver os redemoinhos do rio lá de cima da ponte [...]. Já morando em outra cidade quando voltava saudosa, chegava a atravessar a ponte três vezes por dia. De manhã para comprar carne ou croissant e de tarde para passear e de noite para jantar [...]. Eu entro na ponte e já me sinto feliz, pois amo o Uruguai.

²⁷ L.F.V. Atendente, moradora de Jaguarão/Brasil, entrevista realizada julho de 2013.

²⁸ R. S. L. Radialista, morador de Jaguarão/Brasil, entrevista realizada janeiro de 2014.

Cada segmento da sociedade vai ressignificando suas memórias de modo diferente de acordo sua relação social. Assim, Halbwachs afirma que o indivíduo lembra por grupos de referências, conforme segue:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoa que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p.30).

Nossa memória é formada por nossa participação social e nossa codificação e compreensão desse mundo. Nossa memória individual seria, no seu limite, um ponto de vista da memória coletiva, segundo Halbwachs (2003, p. 61), “a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas”, então podemos falar em memória coletiva a partir do momento em que evocamos um evento que teve lugar na vida de um grupo:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum [...]É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros [...]o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2003, p.39).

Desta forma, cada caso de evocação busca confirmação, e é por isso que é um ato social de interação com o outro. De fato, Halbwachs assegura que estamos inseridos em grupos na sociedade e que nossas lembranças estão sempre permeadas pelas ideias e impressões estabelecidas pelo grupo. Desse modo, não apenas os sujeitos lembram-se das coisas, como também grupos e as mais diversas coletividades.

Candau (2016) aprofunda a compreensão do conceito de memória coletiva elaborado por Halbwachs. O ponto chave da sua obra constitui em buscar compreender como passamos de forma individual para forma coletiva de memória e identidade. O autor aponta as diferentes formas e possibilidades ou não do compartilhamento da memória (memória coletiva). Para ele a “existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (CANDAU, 2016, p. 35).

Candau menciona algumas manifestações da memória, e as diferencia, como protomemória, memória propriamente dita (evocação) e metamemória. A primeira é a memória social incorporada, tal como se expressa (memória *habitus*), "que ocorre sem tomada de consciência"; já a segunda seria uma recordação ou reconhecimento; ao passo que a terceira e última, a metamemória, é a representação que fazemos das próprias lembranças, como nos vemos e identificamos, ou seja, aquela que diz respeito à construção identitária.

Para o Candau, só a metamemória opera nos sujeitos como memória coletiva, pois é formada por um conjunto de representações da memória, podendo ser compartilhada, enquanto as outras duas constituem faculdades individuais, não podendo ser compartilhadas. Mediante o exposto, afirma que somente a metamemória faz parte da construção identitária. Para ele, a metamemória opera nos sujeitos como memória coletiva, a representação de memória sendo entendida como "um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo" (Candau, 2016, p.24): ou seja, metamemória implica o conhecimento e reconhecimento que se tem dessas representações acerca de sua própria memória em relação de troca com o seu passado. Ou, ainda, o discurso e postura que cada sujeito tem de suas memórias pessoais, o que pode ser observado no relato K. J. M. P²⁹. (2019):

Quando estava com 16 anos comprei minha primeira câmera digital, havia juntado dinheiro por meses, portanto foi uma compra muito planejada e esperada. Fui junto de uma amiga até Rio Branco, compramos numa loja de informática, próximo à estação. Na volta da loja, fomos todo caminho pensando nas poses que faríamos para as fotos que seriam tiradas na Ponte. Saímos de casa desejando fazer fotos naquele local, talvez porque geralmente as pessoas da cidade e as que vinham de fora faziam fotos lá e aquele lugar representava, também para nós adolescentes, um espaço importante para nossa identidade. Quando chegamos, fizemos fotos de todos os tipos. Foi um dia marcante e feliz!

No entanto, ao transmitimos nossas memórias para outros, estamos fazendo uso da metamemória, podemos citar a ponte como essa forma memorial. Assim, a metamemória transmite uma narrativa de crenças comuns para as memórias individuais, ou seja, a única memória que pode ser compartilhada. Então, metamemória é a única possibilidade de uma memória coletiva (CANDAU, 2016).

²⁹K. J. M. P., Secretária escolar, moradora de Jaguarão-RS/Brasil, questionário realizado em janeiro de 2019.

O autor precitado trabalha com a ideia de uma metáfora de memória compartilhada, em que se consideram alguns mecanismos de transmissão social. No entanto, torna-se uma tarefa quase impossível de nos desvincularmos das ações da generalização compartilhada massivamente, uma vez que essa carrega elementos de legitimidade. Então, “só podemos compreender a ideia de memória coletiva a partir da noção de retóricas holistas”, como afirma Candau. “Um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo) [...] representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos imaginários (identidade étnica, identidade cultural)” (CANDAU, 2016; p. 29).

Desse modo, Candau (2016) parte de uma visão da memória na perspectiva individual, já que compreende que essa seria a única que se pode comprovar. Para tal posicionamento, o autor explica que o discurso de memória coletiva é uma representação, uma expressão da metamemória, um discurso reproduzido sobre uma suposta memória que seria comum e compartilhada com todos os sujeitos que compõem um grupo social.

A Ponte Internacional Mauá aguça a percepção das pessoas em geral que ali transitam, mas é a população local que a vivencia no seu cotidiano de modo diferenciado. Conforme aponta o relato do entrevistado:

Quando guri a gente ia muito assistir cinema, tinha um pequeno cinema no Uruguai. Então aos domingos havia um forte movimento da população para assistir filmes no cinema do Rio Branco [...]. Nós íamos quase que diariamente buscar carne no Uruguai, que era mais barato, e o leite também. Tinha aquelas carroças que faziam fretes, as Bolantas [...], de quatro rodas. A gente ia à localidade da coxilha e pagava uma pequena importância (M.G.C., 2018).

Como podemos perceber no relato acima, do mesmo modo como nos demais, a ponte representa momentos distintos na trajetória de suas vidas, ou seja, por diferentes tempos, estabelece um instrumento memorável e significativo, necessário na interação desse grupo no espaço. Neste sentido, podemos dizer então que a memória da sociedade é uma memória construída pela coletividade, mesmo que dentro dessa existam grupos distintos.

Sendo assim, a Ponte Internacional Mauá torna-se um elo importante para estruturação da memória jaguareense, afinal, conforme Halbwachs (2003, p.170), “cada sociedade recorda o espaço ao seu modo [...], de modo a construir um quadro

fixo onde encerra e localiza suas lembranças”. Assim o autor enfatiza que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”.

A ponte alimentada as memórias de diferentes gerações tornando esse lugar privilegiado, de ancoragem da memória coletiva da população jaguareense, assim como o sentimento de pertencimento e reconhecimento de laços identitários.

3.1.2 "Somos Irmãos": reminiscências jaguarenses

A população da cidade de Jaguarão presencia no seu cotidiano relações culturais e sociais com a cidade vizinha, assim a ponte Internacional Mauá situada neste território compartilhado apresenta-se como um testemunho da história dessa população fronteiriça.

O lugar é uma apropriação simbólica que as pessoas conferem a um espaço. Em uma perspectiva cultural simbólica do espaço, o geógrafo Yi-Fu Tuan (1983), apresenta o espaço por meio de uma abordagem sócio-espacial, ou seja, enfoca a relação do indivíduo com o espaço representado, destacando a experiência do homem e suas atitudes em relação ao meio ambiente. Dessa forma, o espaço e lugar estão correlacionados e são tratados como elementos ambientais.

Neste contexto, Yi-Fu Tuan (1983) enfatiza que o espaço torna-se um lugar pela experiência das pessoas, “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o adotamos de valor” – então, o espaço identificado como familiar torna-se logo um lugar. Como expõe M.B. (2019), “uma fronteira que quase não se percebe que são dois países distintos, a não ser pela língua. Pois, está tudo emaranhado, as pessoas, as coisas, o ambiente. O lado de lá e o de cá é uma coisa só na verdade”.

As relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos no ambiente é o que torna esse um lugar íntimo, assim o “lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (TUAN, 1980, p.107). Assim, a valorização do espaço está atrelada à identificação do lugar pelos indivíduos como enfatiza Lineu Castello (2007): o “lugar é um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir de apreensão de estímulos ambientais”. Dessa forma, considera a percepção a responsável por essa valorização que as pessoas têm do espaço. Assim menciona M.G.C. (2008):

[...] acho que a ponte é um símbolo de união. Ela representa a convivência de duas cidades; dá para se considerar, de dois países. Eu acho que até nem teríamos esse existência se não teríamos a ponte. Quase tudo é feito em relação à ponte. O comércio do Brasil e do Uruguai [...] é uma construção que marcou época na união de dois povos que lutaram muito entre si pela conquista de terras e isso aí a ponte selou. O aspecto social interligou dois países irmãos.

Conforme Castello (2007, p. 12), são as pessoas, o uso e a relação com o tempo que conferem um status diferenciado a um lugar. Esses lugares por vez passam a serem considerados pelas cidades como lugares de memória, ou seja, as “lembranças de acontecimentos do passado da cidade, evocados por locais que conectam as edificações históricas à memória dos efeitos comuns da gente comum em lugares comuns à memória de mitos e de tradições da vida urbana”. Como relata por M.B., a “ponte faz parte da história e formação da cidade, de um período de opulência e riqueza. A ponte traz em si, memórias, experiência, vidas de quem a construiu, de quem a viu ser construída, de quem a cruzou de trem”.

A percepção do lugar, segundo Castello (2007, p.12), é desenvolvida por estímulos diversos, tão diversificados quanto “as relações entre as pessoas e o ambiente” portanto a percepção do lugar é resultado dos estímulos da interação entre as pessoas e lugar.

As pessoas se sentem melhor em certos espaços. Ou, em outras palavras, certos espaços se distinguem dentro do espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem, se tornam percebidos de maneira diferente. Em geral, são espaços percebidos como detentores de qualidades. Diz-se, então que esses espaços são percebidos como lugares por seus usuários (CASTELLO, 2007, p.12)

Os lugares ampliam e organizam o espaço em centros de significados. Para Ana Fani A. Carlos (1996, p.16), “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. Os indivíduos no seu dia a dia têm um sentimento de referência e identificação grupal refletida nos lugares, reconhecendo-se e diferenciando dos demais.

Os lugares ao assumirem um significado passam a fazer parte da memória de determinado grupo, da memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele espaço.

O historiador francês Pierre Nora, na obra *Les lieux de mémoire* (NORA, 1993, p. 21), aborda memória pela história, e apresenta a expressão “lugares de

memória” como o uso do espaço e a sua relevância histórica. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional “[...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica”.

Sendo assim, as edificações em sua materialidade são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado delas se utilizaram. Não apenas o valor material que a edificação carrega, mas os significados e vivências ali experimentadas, pois a memória pode ser despertada através desses lugares no presente. Conforme Susana Gastal (2002, p.77):

[...] as diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

Nora (1993, 9) explica que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, assim os lugares auxiliam na reconstrução das lembranças sobre o passado no presente, apresentam significados específicos em termos da memória que eles carregam tornando assim importantes referências para a identificação de um grupo.

Desse modo, as pessoas qualificam um determinado espaço pela percepção do ambiente no dia a dia, assim a ponte aparece nas narrativas jaguarenses como lugar desde o qual estas se constroem e se reconstroem a partir das relações sociais, culturais e econômicas. A interação econômica é a que aparece com maior ênfase nos relatos dos moradores, como se observa na referência da interlocutora J.G.(2019): “ela [a ponte] permite o encontro das culturas uruguaia e brasileira, além de possibilitar o acesso aos comércios de ambos os lados da fronteira”. Essa interação econômica entre os dois países já é uma atividade que transcorre há gerações, como expõe Franco (2001, p. 18):

Desde muito cedo, as comunidades dos dois lados da linha divisória tenderam à prática de uma economia solitária e complementar, que as barreiras fiscais jamais conseguiram disciplinar. O famigerado contrabando, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade e coerência) e combatido pelas praças comerciais que ele prejudicava, sobreviveu a todos as perseguições.

As atividades econômicas da cidade de Jaguarão, desde seus primeiros tempos, caracterizaram-se pela criação de gado em estâncias. Essa atividade rural

na fronteira intensificou a interação entre os países vizinhos, mesmo antes da construção da ponte. Conforme expõe Franco:

[...] as práticas pastoris do Uruguai sempre marcharam à frente das do Rio Grande do Sul, pelo menos a partir da metade do século XIX. O Uruguai nos precedeu no cercamento e divisão das estâncias e introdução dos aramados. Antecipou-se também no cruzamento com raças europeias, tanto bovinas como ovinas. Em razão disso, a pecuária daquele país serviu de constante modelo e foco de experiência e ensinamentos para criadores rio-grandenses da fronteira (FRANCO, 2001, p.21).

O cotidiano da cidade de Jaguarão é marcado por essa interação econômica, até os dias de hoje, pois as oscilações entre o peso uruguaio e o real brasileiro são o que ativa as preferências dos consumidores, conforme ressalta Franco (2001, p.21): onde “for mais vantajoso comprar no Uruguai ou no Brasil, a massa de consumidores se desloca pra lá ou pra cá”.

Hoje os *free shops* no Rio Branco, do lado uruguaio, tornaram-se a preferência dos consumidores jaguarenses. Dessa forma percebemos que as atividades desenvolvidas na região perpassam vários momentos históricos dessa interação; sendo assim, as atividades comerciais nos permitem acompanhar a história desse lugar, conforme relata a interlocutora J.G (2019): “sempre vamos aos *free shops*, laguna Mirim e muitos uruguaio compram no comércio brasileiro também”.

Neste sentido, a interação cultural também tem o seu papel. O primeiro fato cultural para esse intercâmbio é a língua. A população fronteiriça se comunica nos idiomas, tais como o castelhano, português e um misto de português e espanhol denominada portunhol, como podemos ver no relato da M.G.C.S. (2019): “uma fronteira cada vez mais unida, não só pela ponte, mas pela cultura, comércio, hábitos e costumes iguais. Até o idioma foi traduzido. Em portunhol todos se entendem”.

Esse fenômeno do bilinguismo, que surge da adulteração do castelhano (uruguaio) e do português (brasileiros), que adotamos como portunhol, é o que vai intensificar ainda mais as relações sociais nesse lugar, assim como também pelas experiências dos casamentos binacionais. Conforme expõe Franco:

O contato intensivo e continuado das populações brasileiras e uruguaio na faixa da fronteira levou, em primeiro lugar, a uma persistente exogamia. Raras são as famílias, hoje como ontem, que se conservem rigorosamente brasileiras ou orientais. Casamentos binacionais acontecem desde os tempos da Cisplatina e continuam acontecendo com inteira naturalidade. (FRANCO, 2001)

O idioma vai facilitar essas interações sociais, assim como a ponte dando o acesso físico ao outro lado. Mas para aqueles que possuem familiares do outro lado a ponte, vai além da construção material. Isto é, torna-se um elo presente na relação familiar, como descreve a moradora N. M. S. (2019): “são cidades irmãs, temos parentes dos dois lados da ponte”.

Dessa forma, para esse grupo a fronteira é algo único, vivo, em constante modificação, ou seja, um intercâmbio natural. Por isso, em muitos dos relatos de moradores locais, descreve-se a Ponte Internacional Mauá como um lugar de integração cultural e troca comercial, como demonstra o relato do interlocutor jaguareense (2018)³⁰: “é uma oportunidade de interação entre duas culturas diferentes, é possível perceber a influência tanto na língua quanto na cultura”.

A interação promovida pela experiência do cotidiano de duas cidades de dois países diferentes, situadas em um território compartilhado, é fruto da ponte. Sendo assim, a integração cultural e social apresenta-se como um fenômeno desenvolvido nessa região, como explana Bento (2005, p.46):

Os sujeitos coletivos protagonistas dos processos de construção das experiências de integração regional de Estados são sujeitos localizados no vértice institucional de poder dos Estados e na base popular constitutiva de tais Estados. Porém, enquanto as experiências de integração de vértice podem ser caracterizadas pela transitoriedade dos eventos institucionais, e pela assinatura de acordos para a realização de projetos nem sempre executados, a integração de base é um dado permanente, fático, real, entre as populações das cidades integradas de fronteira.

O autor ressalta que a própria sociedade civil já se organiza de forma natural há muito tempo, muito antes de os governos proporem propostas de integração. Assim esse intercâmbio natural transcorre entre os moradores locais, ou seja, esses que se situam numa linha-limite de fronteira bem próxima, como é o caso da fronteira entre Jaguarão e Rio Branco em que isto ocorre de forma muito intensa.

A realidade local destaca-se por apresentar uma rica interculturalidade³¹, pois apresentam um trânsito de pessoas residentes de ambas os lados, com atividades sociais e comerciais compartilhadas. Assim, as identificações culturais das duas cidades binacionais lindeiras são percebidas por outros sujeitos por meio do reconhecimento de sua singularidade. A cidade de Jaguarão e Rio Branco passam a

³⁰ Aqui se optou por não identificar os alunos que responderam o questionário realizado em maio de 2018 na escola Particular Nelson Wortmann na cidade de Jaguarão/Brasil, alunos do segundo ano do ensino médio (média de idade de 15 anos).

³¹ Interculturalidade é entendida aqui como o reconhecimento dos diferentes grupos socioculturais que ocupam este espaço de fronteira.

ser consideradas como binacional por sua interação sociocultural. Conforme relata a interlocutora jaguareense B.F.S. (2018): “a ponte é um símbolo da união e praticidade da cultura binacional”.

Pesavento (2002, p. 37) define as fronteiras culturais como este “plus, este ‘mais além’ para o qual aponta a fronteira cultural, é um terceiro, um novo que se insinua”. Assim a autora cita o texto de Leenhardt³² e sua inquietação sobre o conceito de fronteira, “como conceito possibilitador para se encontrar novos sujeitos, novas construções, novas percepções do mundo”.

Mas, para que isso ocorra, e para que a transcendência atinja o universal – para que a condição de fronteira possibilite construir algo que tenha valor, para ser compreendido/lido/apropriado por outros que não os próprios que a vivenciam – é preciso romper. Rompimento com o local/regional, perder a territorialidade que foi o início da ancoragem do conceito de fronteira e chegar a uma terceira dimensão (PESAVENTO, 2002, p. 38).

Desse modo, a autora define as fronteiras culturais com construções de sentido. Aliás, parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo. Em suma, para a autora as questões das fronteiras são muito mais do que meros limites físicos e naturais, são sobretudo simbólicas (PESAVENTO, 2002, p. 35-36).

A ponte torna-se um elo possível entre os dois lados, uma lugar singular para a população jaguareense, como um elemento unificador, carregada de afetividade, pois o lugar se constitui de muitos significados para os moradores locais, como uma referência importante para continuidade de sua história, de vida e de sua cultura. Portanto a expressão “somos irmãos”, presente na cultura das duas cidades, representa num certo sentido, a pacificidade desta fronteira Brasil e Uruguai.

3.1.3 Um Patrimônio Binacional

A Ponte Internacional Mauá é extremamente significativa para população jaguareense pelo seu reconhecimento histórico, comercial e cultural, mesmo antes dela receber a primeira medida de conservação e proteção nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, como o primeiro bem binacional

³² LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, Fronteiras culturais e Globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais. Brasil-Uruguai-Argentina. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial, 2002, p. 27-34.

tombado pelo instituto em 2011. Até porque esse processo de reconhecimento levou muito tempo no lado brasileiro, comparado com os vizinhos que já tinha reconhecido a ponte como Monumento Histórico Nacional em 1977.

Desse modo, após o seu reconhecimento em nível nacional, as relações simbólicas ao redor do patrimônio foram se intensificando pelas relações sociais, baseadas no encontro dessas culturas, como relata F.C.S.C. (2019):

A beleza arquitetônica da ponte antiga, no lado brasileiro, pode ser avistada das partes altas da cidade de Jaguarão. Possui torres características que são sua marca registrada. Talvez mereça um pouco mais de cuidado em sua conservação.

Como também relatado pela interlocutora J.G.B. (2019):

A ponte é muito importante para a nossa cidade. Além de ser considerada um patrimônio histórico, ela permite o encontro das culturas uruguaia e brasileira, além de possibilitar o acesso aos comércios de ambos lados da fronteira.

Neste momento, percebe-se a preocupação da população jaguareense com a preservação da ponte, para que as futuras gerações possam conhecer a história desta fronteira através da experiência do cotidiano com a ponte enquanto um patrimônio. Conforme aponta o interlocutor R. L. (2014):

[...] queremos que a patrimonialização da ponte se torne realidade. Não adianta [ser] só no papel; [é preciso] que as coisas não aconteçam como a gente vê ali nos prédios das aduanas, abandonadas, a não ser por uma limpeza e uma capina que é feita mensalmente em cima da ponte. [E tem] aí um descompasso entre os países. O Brasil limpa até a metade e depois a outra metade é do Uruguai, do outro lado. Acho que o tombamento é importante, no momento [em] que existe de fato uma recuperação do prédio. [Mas] até agora não se viu. Reporto-me a 14 anos. Foi liberada uma verba de 700 mil reais, se não me falha a memória, [e] na época [foi] assinado um convênio entre os dois países. [Mas] nunca foi feito nada a não ser uma vez, que fizeram uma lavagem na ponte, lavaram a ponte com máquinas que vieram do Uruguai. Nada disso [de recuperação do prédio] foi feito. Lamentamos.

No relato acima, o morador percebe o problema da gestão de um patrimônio binacional, onde cada país, através dos seus municípios, acaba proporcionando ações emergenciais de manutenção da ponte (limpeza e reparos). Assim a população jaguareense manifestam a preocupação com o estado de conservação da ponte. Durante as entrevistas, foi possível observar que há uma expectativa de que o tombamento venha para a restauração do bem. Podemos perceber no relato do interlocutor M.G.C. (2013), quando questionado a respeito do reconhecimento da ponte como patrimônio binacional:

É interessante, porque daí o Governo Federal vai tomar para si, em órgão específico, a preservação da mesma. Ela vai ter continuidade. Ela vai ser

olhada com muito carinho, de perto, pelas autoridades federais, que com certeza vão querer mantê-la sempre funcionando. Para a comunidade de Jaguarão é um ganho.

Desse modo, a população jaguarenses se preocupa com a preservação da ponte, por reconhecer e atribuir um valor a mesma, como uma representação do passado. Ela seria depositária de camadas diferentes de historicidade, camadas de memória, que possibilitam a leitura de determinados contextos históricos pretéritos, percepção evidenciada, por exemplo, no relato de M.G.C. (2013):

[...] uma construção que marcou época na união de dois povos que lutaram muito, entre si, pela conquista de terras. E isso aí a ponte selou. O aspecto social interligou dois países irmãos. América Latina é toda de conquista espanhola e portuguesa, [de modo que estas terras] foram outra hora um palco de muitas lutas.

A população jaguarenses relaciona suas memórias sociais com o compartilhamento de um mesmo patrimônio cultural por oferecer, no presente e no futuro, um fator de promoção da integração de duas cidades vizinhas, a Ponte Internacional Mauá passa a compor a narrativa de uma um símbolo cultural para memória de união entre os países, Brasil e Uruguai.

3.2 Memórias Uruguaias

Este subcapítulo visa a apresentar como a população da cidade de Rio Branco rememora a Ponte Internacional Mauá, formando assim sua representação da mesma.

3.2.1 A ponte nas lembranças dos rio-branquenses

No subcapítulo anterior, o foco estava na lembrança dos interlocutores do município de Jaguarão; já neste subcapítulo, iremos abordar as lembranças dos moradores do município de Rio Branco.

Henri Bergson apresenta uma fenomenologia da lembrança, abordando a lembrança como experiências passadas deslocadas pelas percepções “reais” e imediatas identificadas pelos sentidos como a contribuição da consciência na percepção. Conforme o autor, “na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON, 1999, p.30).

Neste sentido, Bergson (1999) observa na memória acúmulo do passado, distinguindo em dois tipos de memória: percepção pura e a memória. A primeira

ligada à recordação, isto é, são lembranças isoladas que constituem o reviver do passado; já a segunda, seria um memória-hábito, estimulada pela repetição e ação de comportamentos do cotidiano (socialização). Dessa forma, a lembrança pura (imagem-lembrança), de caráter não mecânico, por ser inconsciente e individualizada, é considerada por ele como a verdadeira memória, que traz à tona, ao nível da consciência, um momento único (BOSI, 1994, p. 49).

Para o autor, a memória verdadeira (memória pura) é a memória em que o passado se conserva por inteiro, preservando uma imagem na íntegra. Nesta perspectiva, a memória seria do espírito, por isso apenas algumas imagens poderiam ser acessadas pela consciência. Aliás, seria impossível a consciência conseguir processar todo um passado simultaneamente no presente.

Desse modo, o autor afirma que o papel do corpo não é armazenar lembranças, mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência: “assim, cria na existência de uma reserva memorialista que reside no nosso espírito e que o corpo tem poder de acessá-la nunca de maneira completa, mas fragmentada”. (BERGSON, 2006, p. 14). Para o autor, a verdadeira memória sobrevive no espírito, o corpo tem acesso a essas memórias, mas não tem o poder de acessá-la por inteiro, somente de modo fragmentada.

Assim para Bergson a memória é entendida como acúmulo de vários passados, sendo possível acessá-la de acordo com a utilidade pra nós no presente. Dessa forma, a percepção do presente está sempre impregnada de lembranças, mesmo as que estão no inconsciente (memória pura). Sendo assim, a percepção resulta da interação do ambiente com o sistema nervoso. Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade* (1987, p. 49), ao citar Bergson, diz que seu cuidado maior é o de entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência da memória e percepção.

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela. [...] uma vez que a percepção pura nos dá o todo ou ao menos o essencial da matéria, uma vez que o restante vem da memória e se acrescenta à matéria, é preciso que a memória seja, em princípio, um poder absolutamente independente da matéria (BERGSON, 1990, p.77).

Para Bergson a memória é como se fosse o fruto do rastro deixado na consciência no movimento que as imagens realizam no interior da mente, logo

memória é a contribuição da consciência na percepção. De acordo com Bosi, Bergson não levou em consideração em suas discussões sobre a memória, as relações interpessoais. Assim, a autora cita os estudos Halbwachs sobre a memória, onde o autor defende que a memória é um fato puramente social. Conforme segue:

Halbwachs não vai estudar a memória como tal, mas os quadros sociais da memória. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações ente o corpo e o espírito), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão [...] (Bosi, 1994, p.54)

Para Bergson, os elementos sociais e culturais dos sujeitos não interferem nas memórias, como se elementos externos não impulsionassem o passado (BOSI, 2001); no entanto, para Halbwachs a ação do presente interfere diretamente na forma de recordar, ou seja, de reconstruir fatos do passado no presente. Conforme ressalta:

“Para Bergson, o passado permanece inteiramente dentro da nossa cabeça [...] as imagens dos acontecimentos estão completas no nosso espírito, como páginas impressas nos livros. [...] Para nós, ao contrário, não subsistem em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade” (HALBWACHS, 2003, p. 97).

Em Bergson, há uma premissa de existência de um passado intacto, ou seja, que quando tentamos acessar nossas lembranças, o fato acontecido apareceria de forma intacta, o que para Halbwachs (2003, p. 41), não passa de uma ilusão. A ilusão “de reencontrar esse passado inalterado, porque nos reencontramos, nós mesmos no estado em que atravessamos”, pois estamos a todo o momento em um processo de interação com meio social. Assim ele define esse social que age em nós como marcos sociais da memória.

Nesse caso, a lembrança se reconstrói a partir dos marcos sociais no presente, mas isso não significa que a memória seja totalmente coletiva ou individual. Significa outrossim que ela é marcada socialmente. O que é lembrando por um grupo está conectado a uma comunidade, da qual o indivíduo faz parte. Assim, marcos sociais estão ao nosso redor, carregam representações sociais e morais da sociedade da qual fazemos parte, conforme segue:

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente

assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2003, p. 33).

Neste sentido, a coletividade com um suporte da memória de um tempo que não está mais ali na fronteira, mas nas lembranças daqueles que alimentam nela todos os dias. Então, a Ponte Internacional Mauá, como um lugar de onde partem as lembranças de um passado, onde começaram estas interações sociais e culturais. Sendo assim, cada morador da cidade de Rio Branco percebe a ponte de forma singular, pois a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados, assim como expõe o interlocutor L.A.A.L.³³ (2018), ao lembrar-se da ponte:

[...] iba en bicicleta de este niño a yaguarón, para comprar cosas para mi madre. Era un niño como se dice "niño de mandalete" [...] decía voy a viajar al exterior voy a yaguarón. Las canciones y problemas de nuestra gente son lo mismo del otro lado, los sentimientos son los mismos y las mujeres son lindas a ambos lados.

As palavras do interlocutor a cima se relacionam à busca de um passado na fronteira, visto que o passado só existe através das lembranças, momentos esses que cada indivíduo elege como significativos. Assim, a ponte, como lugar de transição de ambos os lados, com o fluxo de iteratividade entre as pessoas que se deslocam para trabalhar, para comprar, passear e realizar tantas outras atividades do dia a dia, provoca na população um sentimento de pertencer a uma tradição, ou seja, a uma maneira costumeira de viver na fronteira.

A moradora M.F.³⁴ (2019) de Rio Branco, indagada sobre uma lembrança na ponte (FIGURA 12), relata “cuando era niña, iba con mi madre hasta abajo del puente en volanta y cruzabamos el puente caminando para comprar el surtido del mes”. A lembrança da interlocutora vai ao encontro de tantas outras relatadas, quando perguntados sobre a ponte, trazendo lembranças de infâncias marcadas pela ponte, por sua a interação comercial e social.

³³ L.A.A.L., Professor aposentado, morador de Rio Branco/ Uruguai, entrevista concedida em abril de 2018.

³⁴ M.F. Dona de casa, moradora de Rio Branco, questionário realizado em janeiro de 2019.



Figura 12: Ponte Internacional Mauá vista do lado uruguaio.
Autor: Lino Marques Cardoso

A vida cotidiana fronteiriça, pelo intermédio da ponte, fomenta as mais profundas e significativas lembranças na população de Rio Branco. Evoca uma memória duradora, pois o indivíduo que lembra é habitado por grupos de referências, ou seja, o meio social conserva a memória como uma semente da lembrança. Logo, a vitalidade do grupo repercute na vitalidade das imagens que constituem a lembrança, por isso as memórias da infância aparecem com mais ênfase quando falamos da ponte estando nesse espaço.

A população rio-branquense vivencia as transformações do espaço fronteiriço, isto é, os tempos culturais do espaço. Vivencia a ponte como este lugar onde acontecem estas interações sociais, o que implica biografias carregadas de memórias da infância, juventude e da velhice. Assim a ponte torna-se lugar de significações para a população que convive neste espaço, carregada de sentimentos constituídos pelas interações afetivas.

Nota-se que, pouco a pouco, a ponte torna-se uns dos lugares mais significativos da cidade de Rio Branco, pois percebem a iniciativa da intendência (prefeitura) de Rio Branco para revitalizar às margens do Rio Jaguarão, com a instalação dos parques “El Remanso”, em 2016, e “El Remansito”, em 2019. Esse lugar, tão ocupado pelas pessoas para admirarem a paisagem da ponte e do rio

Jaguarão, pode ser agora usufruído de forma mais intensa, graças estrutura de lazer implantada.

3.2.2 "Somos Hermanos": reminiscências dos rio-branquenses

A população de Rio Branco também relata, assim como exposto com relação às memórias jaguarenses, a importância da Ponte Internacional Mauá como um testemunho da história de uma população fronteiriça, do seu passado, visto que consolida lembranças registrando informações ocorridas ao longo do tempo, significados e vivências partilhadas.

Assim, para os moradores de Rio Branco, a ponte significa o encontro destas culturas, pela sua representação histórica, comercial e cultural. Por isso, quando questionados como seria a vida caso não existisse a ponte, eles são unânimes em relatar que seria um caos, como expõe o interlocutor L.A.A.L.³⁵ (2018):

si retira el puente sería un caos, la tendríamos que empezar de nuevo a andar de barquito. Yaguarón y Río Branco es una sola cosa, no hay división fronteriza. Jurídicamente pertenece a dos países, pero sentimentalmente y lo mismo. Es una integración económica y emocional e historia.

Já, para M.F.³⁶. (2019):

No me imagino como sería la vida del lado uruguayo sin el puente, por que el 99% de la población de Río Branco hacen sus compras para su hogar del lado brasileiro. Es imposible imaginarse la vida sin este puente en esta frontera.

Neste sentido, os relatos acima apresentam ideias que sustentam a forma de pensar dos moradores de Rio Branco, quando questionados sobre a possibilidade de ausência da ponte. Assim, segundo os moradores rio-branquenses, a ponte apresenta-se como lugar que proporciona compartilhamentos do modo de vida na fronteira, ou seja, uma aproximação cultural, como relata o interlocutor rio-branquense E.S (2017) “el puente nos representa en la que tiene valor declarado como Patrimonio Cultural entre los dos países y en todo para enaltecer, una obra que nos identifica. Y por eso que nos une, estamos aquí y Río Branco y vamos nos sentimos un poco de brasileño”.

Aleida Assmann (2011, p.317), ao iniciar o questionamento sobre a força específica da memória e o poder vincutivo dos locais, destaca a frase de Cícero³⁷:

³⁵ E.S., Funcionário público, morador de Rio Branco/ Uruguai, entrevista concedida em abril de 2018.

³⁶ M. F., Dona de casa, moradora de Rio Branco/ Uruguai, questionário realizado em janeiro de 2019.

“Grande é a força da memória que reside no interior dos locais”. Tem-se aqui claro o significado dos locais para a construção de uma memória. Determinou como peças de uma construção de uma memória figura e os lugares: as figuras, úteis para a fixação efetiva de determinados conteúdos de saber; e os lugares, para a ordenação e recuperação.

Segundo a autora precitada, o próprio Cícero cumpriu a passagem dos lugares de memória para os locais de recordação quando descobriu que as impressões captadas de um cenário histórico são “mais vivas e atenciosas” que outras, como por ouvir falar ou por leitura (ASSMANN 2011, p. 318). Dessa forma, a autora aponta a possibilidade dos locais tornarem-se sujeitos, portadores de recordação e possivelmente dotados de memórias conforme, segue:

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve dos indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos (ASSMANN, 2011, p. 318).

Nota-se que a ponte é intensamente vivenciada pela população de Rio Branco no seu cotidiano, como elemento unificador para os moradores; carregada de afetividade, como também, sem dúvida, de estética, já que o lugar representa para esses moradores a construção de muitos sentidos. Assim sendo, a ponte como um lugar de interação social, comercial e cultural, passa a compor um lugar também de recordação para população rio-branquense, baseado nas experiências acumuladas ao longo do tempo nas referências do espaço na interação com seus vizinhos. Isso converge para o relato do interlocutor L.A.A.L. (2018),

[...] objetivo de la creación del puente era llevar las mercancías de Rio Grande do Sul y Santa Catarina hacia el puerto de Montevideo que fue todo acertado en el tratado el 22 de julio de 1918. la satisfacción del puente era una necesidad de la época. El proceso de integración no preocupa más a los países con límites, pues está pacificada, la frontera es más de paz que conflictiva [...]

Neste sentido, Assmann (2011, p.332) cita a viagem de Cícero com amigos a Atenas, “em todos os lugares que nossos pés tocam pisamos um pedaço da história”. O filósofo interessado pelo valor memorial dos locais nomeou que a imagem e os locais são peças para a construção da memória com colaboração da

³⁷ Cícero: Marco Túlio Cícero - 106–43 a.C. Foi um advogado, político, escritor, orador e filósofo da República Romana, eleito cônsul em 63 a.C.

afetividade para a fixação sustentável de imagens nocionais da lembrança, assim a ponte para os moradores de Rio Branco torna-se essa peça capaz de alimentar as lembranças dos rio-branquenses.

As narrativas da população de Rio Branco, neste espaço de fronteira, constroem-se e se reconstróem na memória por meio das interações sociais proporcionadas pela Ponte Internacional Mauá. Desse modo, as representações dos moradores, quanto ao lugar, aparecem, na mesma perspectiva dos relatos dos moradores jaguarenses, calcadas na valorização de um passado de união, conforme relata E. S. (2017), morador da cidade Rio Branco:

[...] todo eso que llega enaltecer una característica de lo que nosotros identifica todo eso me parece bárbaro, eso es nuestra unión el puente nos une, nosotros aquí en el Río Branco, por casualidad en el Uruguay somos Hermanos, nos sentimos un poco brasileño.

As relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos ao longo do tempo foram se acumulando em ambos os lados, em relação ao lugar, produzindo assim esse sentimento de união, que se propaga pela fronteira, atravessando gerações, como relatou o entrevistado. Aliás, este status diferenciado que os moradores locais conferem a esta fronteira é uma relação do tempo e seu uso.

Grimson (2003, p. 22) ressalta os estudos contemporâneos sobre fronteira, em que a finalidade está na análise das negociações identitárias e na sua relação oposta entre a construção de novos sentidos da nacionalidade e as transformações da vida cotidiana e a experiência das populações locais definidas por novas políticas. Ele expõe as duas faces do conceito de fronteira, de um lado, a materialidade da fronteira física dos mapas, acordos e tratados, de outro, da fronteira imaterial as evidentes influências e trocas culturais e simbólicas que ocorrem entre as populações de fronteira.

Segundo Grimson (2000, p. 39), “de una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la outra, fronteras culturales, simbólicas. [...] Esas fronteras entre estados y, supuestamente, entre ‘naciones’, son límites materiales cargados de sentidos diversos”. Em suma, o autor expõe que “a historicidad de la frontera está presente tanto para la población local como para una antropología que busque considerar la relación entre Estado, nación, territorio e identificaciones” (Grimson, 2003, p. 20). Assim ficam colocadas as inúmeras relações e implicações que a fronteira pode gerar na população.

As fronteiras culturais seriam de acordo com González (2001 p. 19), “determinadas por las posiciones objetivas de los agentes sociales”, ou seja, o social determina as construções estabelecidas pelas pessoas em um determinado espaço, “consideradas como límites de alta porosidad, construídos e términos que expresan y representan los intereses y las estrategias de varias formaciones y entidades colectivas – naciones, clases, grupos y regiones”.

A ponte como um espaço social articula a dimensão do cotidiano de travessia, de ponte propriamente dita, mas também articula a dimensão de um discurso de união, logo, apresenta-se como um lugar de vários significados nas narrativas memoriais para gerações diferentes, de sorte que a população de Rio Branco significa este espaço pela interação que esta fronteira Brasil/Uruguai, onde se situa a ponte, proporciona, ao construí-la, a memória de um passado comum.

Ou seja, percebemos que os jovens apresentam a mesma como um lugar de lazer, espaço de convivência, de admiração estética, onde é considerada a beleza, a arquitetura, e por fim um espaço cultural. Já a geração mais antiga percebe a ponte em seu sentido histórico, do encontro entre povos, um lugar de união e não de separação, percebe as cidades como complementares em suas particularidades.

3.2.3 Um Patrimônio Binacional

As narrativas da população de Rio Branco em relação à Ponte Internacional Mauá, como um patrimônio cultural da fronteira, aparecem ligadas à valorização de um passado e também de um futuro (interação) na fronteira, que precisam ser preservados e respeitados.

As reivindicações em torno do patrimônio se constituem no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor da edificação ou do objeto, pelos diversos grupos sociais que compõem a sociedade, por isso, podem ser uma forma de conflito econômico, político e identitário. Nesse sentido, os valores que este grupo representativo da sociedade vai atribuir a ponte é o que vamos entender como esta imaterialidade do patrimônio material. Assim, a imaterialidade do patrimônio apresenta-se uma nova forma de explicar a diversidade de interpretação para um mesmo patrimônio.

Llorenç Prats (1998 p. 63) afirma que “el patrimonio cultural es una invención y una construcción social”, por isso, o valor que uma comunidade confere a um bem

faz parte do sentido de pertencer a um grupo e a uma determinada identidade. Aliás, o patrimônio cultural de uma sociedade passa a ser seu legado, uma herança cultural, composto por patrimônio material e imaterial, e ambos envolvem concepções e sentidos de pertença aos bens, que mudam com o tempo, isto é, com os valores da sociedade, em relação assim com os conceitos de identidade, modernidade e nacionalidade. Enfim, o lado material e imaterial do patrimônio se completa e complementa na sua construção de valor.

Como podemos perceber, a imaterialidade do patrimônio material está ligada aos valores atribuídos a algumas atividades na representação de si de uma sociedade, já que a identidade de grupo está fortemente ligada ao seu passado, como uma continuidade histórica de sua memória coletiva. Nesse sentido, os processos de preservação do patrimônio teriam como escopo manter viva a identidade de um povo/nação, pois, ao preservar um bem patrimonial, a população está também reconhecendo nele, ao associá-lo à sua identidade cultural, a própria imaterialidade do bem preservado.

A memória representa a imaterialidade que os lugares como praças, sítios e prédios, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar, isto é, a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Logo, não apenas o material de uma edificação carrega valor, e sim os significados e vivências ali experimentadas, pois a memória passa a ser despertada através desses lugares.

O valor memorial torna-se um elemento essencial nos processos sociais e históricos, onde a construção da identidade coletiva é constituída pelo sentimento de continuidade histórica de um grupo. Onde a memória é construída pela coletividade e dentro dessa podem existir grupos distintos. O desafio é como definir um patrimônio que reconheça e identifique a todos. Segundo Candau (2016), o patrimônio é como uma arte da memória compartilhada, mesmo que esse compartilhamento permaneça ilusório. Aliás, ele é a imagem de uma permanência que o grupo deseja para si.

O que legitima um patrimônio cultural enquanto tal é a atribuição de valor dada por um determinado coletivo a um determinado bem, no seu tempo. Portanto, a imaterialidade do patrimônio material está no seu significado para a coletividade, assim como é para o patrimônio imaterial. Assim, essa imaterialidade do patrimônio

material torna-se mais um elemento de conflito ideológico envolvendo o patrimônio cultural.

As entrevistas possibilitam entender esse espaço como resultado das relações sociais preexistentes, que condiciona o registro significações de um passado, sendo assim um testemunho da história do lugar. Como relata L. A. A. L. (2018), "Yaguarón y Rio Branco es sólo una cosa sola, no hay división fronteriza. Jurídicamente pertenece a dos países, pero sentimentalmente es misma cosa [...] Es una integración económica, emocional e histórica".

Em 1977 o Uruguai declarou Ponte Internacional Mauá como Patrimônio Histórico Nacional. Esse reconhecimento nacional repercutiu na população local, pois foram eles os primeiros a reconhecerem a ponte como patrimônio, assim a ponte passa identificar/representar esse espaço de fronteira, isto é, contribui para enaltecer a cidade de Rio Branco perante todo o território nacional. Como relata o interlocutor C.S.³⁸ (2019), "el puente y muy importante tenemos una comunicación con los hermanos, siempre trayendo cosas de allá para aquí. El puente fue la mayor construcción de la época en la región".

Em relação a sua declaração como patrimônio binacional, a população rio-branquense percebe como uma identificação partilhada da cultura de fronteira, com os vizinhos, como relata L. A. A. L. (2018): "el puente es que nos representa, tiene valor declarado como patrimonio cultural entre los dos países. Es muy bueno una obra, nos identifica. Y porque eso nos une estamos aquí y Río Branco y vamos. Nos sentimos un poco de brasileño". Como podemos perceber a ponte apresenta-se interlaçada às questões de identificação e união entre as duas cidades vizinhas.

Desta forma, cada caso de recordação busca reconhecimento, e é por isso que é um ato social de interação com o outro. Contudo, Halbwachs (2003, p. 39) assegura que estamos inseridos em "comunidades afetivas", de modo que nossas lembranças estão sempre permeadas pelas ideias e impressões estabelecidas pelo grupo. A memória social é sempre vivida afetivamente, pois nos recordamos no presente de uma vivência coletiva do passado, pelo fato de pertencermos a determinado grupo, já que o pertencimento é indicado pelo afetivo e não pelo físico.

³⁸ Morador de rio Branco/ Uruguai, entrevista concedida em janeiro de 2019.

3.3 A ponte pela narrativa da população fronteiriça

3.3.1 Elementos comuns compartilhados

A Ponte Internacional Mauá (FIGURA 13) é um lugar do cotidiano da população de Jaguarão e Rio Branco, de maneira que ela aparece nas narrativas memoriais de diferentes gerações. Para Bosi (2003, p.199-200), “cada geração tem sua cidade, a memória de acontecimentos que são de amarração de sua história”, ou seja, uma memória compartilhada por meio de memórias individuais.



Figura 13: Tráfego na Ponte Internacional Mauá
Autor: Lino Marques Cardoso

Para Halbwachs (2003), lugares, datas, palavras e formas de linguagem seriam representações partilhadas por todos aqueles que têm lembrança. Para o autor, a capacidade de lembrar é quando assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos e quando nos situamos em uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Logo a memória social não seria uma expressão do que aconteceu no passado, mas uma construção coletiva do passado realizada pelos indivíduos de uma determinada coletividade.

Dessa forma, a memória coletiva passa a ser uma memória constituída por grupos e esses constituídos por essa memória. A memória que emerge do social, representada pelas narrativas dos fronteiriços de Jaguarão e Rio Branco, parte da

função da evocação de uma lembrança, para o que convergem os esforços de busca de uma memória coletiva, vinculada à lembrança, aos valores e sentimentos, que são fundamentais como forma de pertencimento e reconhecimento.

Como podemos perceber, as lembranças mais vivas na memória dos moradores dos dois lados da fronteira está ligada à infância e à família, mas ao mesmo tempo estabelecem um grau de compartilhamento com o espaço de convívio que é a Ponte Internacional Mauá. Em uma retomada de pensamento, voltemo-nos para os relatos precitados anteriormente:

[...] quando guri a gente ia muito assistir cinema, tinha um pequeno cinema no Uruguai, então aos domingos havia um forte movimento da população para assistir filmes no cinema do Rio Branco [...] nós íamos quase que diariamente buscar a carne no Uruguai que era mais barato e o leite também.

Já o interlocutor L. A. A. L (2018):

[...] iba en bicicleta de este niño a Yaguarón, para comprar cosas para mi madre. Era un niño como se dice "niño de mandaleta" [...] decía voy a viajar al exterior voy a Yaguarón.

Logo a memória familiar (Halbwachs, 2003), a da infância, torna-se a mais significativa, isto é, a mais forte (metamemória) (Candau, 2016) dentre tantas experiências relatadas pelos entrevistados. Os moradores da fronteira Jaguarão / Rio Branco estabelecem com a Ponte Mauá não só uma apropriação afetiva, mas também estética e cognitiva, estabelecendo assim uma função de signo, como elemento significativo e necessário na interação desse grupo no espaço.

Como é possível observar no relato R. S. L. (2014):

Todo mundo adora a ponte, não tem quem não adore a ponte, as pessoas gostam de cruzá-la, as pessoas gostam. Todos vão ali ao cais, as pessoas se sentam do lado do cais da ponte e ficam admirando o rio e a ponte, ficam tirando fotos, as pessoas adoram... Posso dizer, é nosso bem histórico mais valioso, sem dúvida a ponte é um marco principal de turismo, ela é uma referência. Centenas de carros cruzam a ponte dos dois lados entrando e saindo. Enfim tem o seu papel importante. Eu te digo, assim tenho certeza que a ponte é o bem mais importante da cidade de Jaguarão, aonde tu vai tu ouve isso:

-Que linda ponte que vocês têm!

Ela é considerada uma das mais bonitas do mundo. Mas tá precisando de pintura, de reforma [...]. Na ponte o que mais marca pra gente é a natureza, que mostra pra nós, através de cenas que a gente vê no entardecer, aquela coisa mais bonita, pois as pessoas vão para o cais do porto para presenciar a despedida do sol, todos os dias.

Já para M. G. C. (2018)

[...] a ponte é grande símbolo de desenvolvimento e integração fronteiriça. Estabeleceu um relacionamento como se fosse uma extensão do Brasil para dentro do Uruguai ou como se fosse uma extensão do Uruguai para

dentro do nosso estado do Rio Grande do Sul, porque há uma semelhança de vida.

Os lugares ampliam e organizam o espaço em centros de significados. Para Carlos (1996, p.16), “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. Os indivíduos no seu dia-a-dia têm um sentimento de referência e identificação grupal refletida nos lugares, reconhecendo-se e diferenciando-se dos demais.

Nesta perspectiva, a memória comum a um grupo é entendida como memória coletiva que contribui, como sugere Michael Pollak (1989), para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade. Nessa busca pela coesão, pelo passado comum e pelo sentimento de pertencimento, com vistas a traçar uma trajetória comum, a cidade pode até escrever e reescrever seu passado, juntando fragmentos e reorganizando-os. Conforme expõe Horta (2000, p.28):

A memória individual, assim como a memória coletiva, são na verdade a fonte e a base fundamental para o pleno exercício de nossa vida consciente e de nossa inserção na vida social. [...] assim, que as experiências emocionais e afetivas marcam definitivamente a maneira como os acontecimentos, ou fatos e os dados ficarão registrados em nossa memória, consciente ou inconsciente.

Assim, a Ponte Mauá articula o passado e o presente da população fronteiriça e suas capacidades de materializar e evocar parte da memória social, pois as memórias ainda estão vivas no cotidiano da população fronteiriça. E esta valorização do passado está vinculada ao presente, de modo que os lugares, ao assumirem um significado, passam a fazer parte da memória de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele espaço.

3.3.2 Elementos divergentes: memórias singulares

A Ponte Internacional Mauá está amarrada ao contexto social da população fronteiriça, pois a ligação dessa população local está no cotidiano do espaço partilhado, mas as formas de viver socialmente são variadas de acordo com a sua cultura, o que implica haver algumas dissonâncias de experiências, mesmo estando no mesmo espaço. Conforme Assmann (2011), os modos de recordar são definidos

culturalmente, variam ao longo do tempo e segundo a formação cultural em que são formulados.

A evocação da imagem da ponte nas memórias de grupo da população jaguareense refere-se a um momento da história da cidade onde o progresso do estado do Rio Grande Sul podia ser visto na cidade de Jaguarão, pois no momento da construção da Ponte Internacional Mauá, na década de trinta, a cidade vivia ainda seu ápice de desenvolvimento econômico.

Os casarões da cidade da cidade de Jaguarão refletem o requinte e a riqueza da época do progresso. Suas edificações coloniais, ecléticas, art déco e modernistas mostram a elementos funcionais e ornamentais da arquitetura da cidade.

A cidade possui um expressivo patrimônio arquitetônico construído na segunda metade do século XIX e início do XX, composto de variadas linguagens arquitetônicas, sem similar em números e estado de conservação no Rio Grande do Sul (MARTINS, 2001, p. 232).

A rememoração dos moradores locais está dividida por camadas temporais. Para o grupo com faixa etária mais elevada, por conhecer a história da região e da construção da ponte, a rememoração aparece calçada na memória de um passado de opulência. Conforme podemos observar no relato da interlocutora M.B³⁹. (2019):

[...] faz parte da história e formação da cidade, de um período de opulência e riqueza. A ponte traz em si memórias, experiência, vidas de quem a construiu, de quem viu ser construída, de quem a cruzou de trem.

Como também ressalta o interlocutor M. G. C⁴⁰. (2013):

[...] em 1930 se efetivou um dos grandes, talvez o maior projeto arquitetônico de Jaguarão, que é a ponte Mauá. Jaguarão hoje não seria nada econômica e culturalmente se não tivéssemos a Ponte Mauá. O nosso desempenho melhorou. Isto é, na economia e na cultura, começou a partir de 1930, porque sem essa ponte hoje talvez Jaguarão não sobrevivesse economicamente, seria uma cidade de seis ou sete mil habitantes.

Essas lembranças, escolhidas e alinhadas entre a memória e lugar, contam a história do desenvolvimento da região no período. São lembranças de pessoas que conhecem a história da cidade e já viveram algum tempo, que foram capazes de acumular certos conhecimentos sobre o lugar.

Em relação aos sujeitos da faixa etária mais jovem, os mesmo abandonam a visão de opulência e mencionam em suas memórias a relação de interação, como demonstra o relato pelo interlocutor jaguareense de 15 anos: “a ponte é uma

³⁹ M.B., Estudante, moradora de Jaguarão-RS/Brasil, questionário realizado em janeiro de 2019.

⁴⁰ M.C.G., Professor aposentado, morador de Jaguarão-RS/Jaguarão, entrevista realizada em novembro de 2013.

oportunidade de interação entre duas culturas diferentes, é possível perceber a influência tanto na língua quanto na cultura”. A partir dos questionários realizados na escola particular Nelson Wortmann na cidade de Jaguarão/Brasil, com alunos⁴¹ em média de idade de 15 anos foi possível perceber que a Ponte Internacional Mauá tem um significado mais espontâneo⁴² para jovens brasileiros, significando, por exemplo, um lugar de travessia, comércio, troca cultural. Eles mencionam a língua, o lazer e a visita a familiares do outro lado. Efetivamente, a interação comercial e social permeia a sociedade fronteiriça há décadas.

Dessa forma, para esse grupo, o importante é o vivido no momento. Por isso, em muitos dos seus relatos sobre a ponte, esta representa um lugar de integração cultural e troca comercial. Enfim, a Ponte Internacional Mauá vai intensificar este sentimento de integração, através da experiência do cotidiano na fronteira entre dois países, embora coexistam faixas etárias diferentes de interlocutores.

A ponte evocada nas memórias da população rio-branquense é de um momento marcado pelo início do desenvolvimento local. Rio Branco, em contraste com a vizinha brasileira, que na década 1930 vivia ainda o apogeu de desenvolvimento urbano iniciado na segunda metade do século anterior, tem seu desenvolvimento inicial impulsionado pela instalação da ponte. Assim, ela aparece nas lembranças da comunidade como início de grandes possibilidades para uma cidade com poucos recursos, conforme relata o interlocutor L.A.A.L. (2018): “em dezembro de 1930 novos fatores de progresso se incorporaram na vida de Rio Branco com a Ponte Internacional Mauá”.

Desse modo, a ponte, como um espaço social, articula a dimensão do cotidiano de travessia, e se apresenta como lugar de vários significados nas narrativas memoriais, para gerações diferentes. Ou seja, constatamos que a percepção dos jovens destaca o elemento estético, ressaltando a beleza, a arquitetura, o patrimônio, como espaço de convivência, como espaço cultural, ao passo que a geração de seus pais e avôs percebe a ponte no sentido de progresso que teria trazido, onde as cidades são vistas como complementares.

A população fronteiriça constrói o discurso do passado através das memórias, mesmo que distintas em um determinado momento, acabam tendo um ponto em

⁴¹ Aqui não foram identificados por tratar de menores de idade.

⁴² Espontâneo referente à forma como eles relatam sua relação com a ponte, as experiências vivenciados hoje, isto é, não fazem relação com o contexto histórico da região da fronteira.

comum que é a ponte. Assim, o tempo e espaço da ponte proporcionam à população desta fronteira brasileiro-uruguaia relações sociais ativadoras de (e permeadas por) memórias, naquele sentido proposto por Assmann (2011, p.11), ao afirmar que a “memória cultural é constituída por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou”.

As relações de afetividade respeitantes ao lugar (ponte), desenvolvidas pelos indivíduos ao longo do tempo, acumularam-se paulatinamente em ambos os lados da fronteira, deixando, assim, esta valorização do passado para gerações seguintes, ao passo que as gerações mais novas estão buscando no presente essa valorização do espaço fronteiro. Aliás, este status diferenciado que os moradores locais conferem a essa fronteira está em relação com o fator tempo e com seus usos na vida diária.

A ponte aparece, assim, nas diferentes temporalidades históricas do presente. As interações afetivas provocam na população motivações individuais e estas representam somente um fragmento da totalidade, pois os indivíduos interagem construindo significações a partir de motivações singulares que se transformam em sistemas de signos dentro de uma coletividade.

Essas representações de ambos os lados da fronteira, em relação à ponte, partem de uma valorização do passado, transformam-se em uma narrativa, podendo ser reconhecida por uns e por outros não, pois partem de uma motivação individual e apresentam apenas um fragmento de uma totalidade.

4. Ponte Mauá como um elemento da cultura da Fronteira

A fronteira entre o Brasil e o Uruguai, onde está situada a Ponte Internacional Mauá é uma região que proporciona intercâmbios culturais, sociais, políticos, econômicos. A integração gerada por estes fatores acabam representando a integração de valores históricos que foram influenciados por fatores étnicos, linguísticos e culturais de ambos os lados. Assim, o compartilhamento de um mesmo espaço social, torna-se um importante laço de afetividade e afirmação dentro do sistema de significados que buscam dar sentido a identidade local.

4.1 A cultura da Fronteira Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai

“Ir a Jaguarão e Rio Branco é ir ao exterior sem sair do interior, é ir ao estrangeiro sem ser forasteiro, é sentir-se cosmopolita dentro de casa. De certa maneira, é descobrir o resto do mundo no próprio espelho, ante a conformidade das margens opostas e repartição dos arcos da Ponte” (SOARES; FRANCO apud Schlee, p. 260, 2010).

É tomando de empréstimo as linhas do texto *Ir a Jaguarão e descobrir o resto do mundo* do escritor Schlee no livro *Olhares sobre Jaguarão*, dos autores jaguarenses Eduardo Alvares de Souza Sores e Sérgio da Costa Franco (2010), que iniciamos a discorrer sobre a cultura da população jaguarenses e rio-branquense, tendo a ponte como esse espaço social para o convívio intercultural.

Homi Bhabha (1998, p. 19), em seu livro *O local da Cultura*, na introdução cita Heidegger com a definição que diz: “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”. Embora as cidades de Jaguarão e Rio Branco sejam separadas por um limite geográfico, elas são unidas por suas culturas, pois se percebe a valorização que as populações locais dão ao compartilhamento desta área de fronteira. É nesse lugar que os indivíduos constroem e reconstróem suas relações socioculturais de forma particular, como afirma o interlocutor M. G. C. (2018) “como se fosse uma extensão do Brasil para dentro do Uruguai ou uma extensão do Uruguai para dentro do Rio grande do Sul”.

A ponte torna-se um elemento importante nesse espaço de fronteira, já que as práticas de uso desse lugar são sempre marcadas por uma temporalidade, representando assim um instrumento memorável e significativo para a população fronteiriça. Dessa maneira, a ponte aguça a percepção das pessoas em geral que ali transitam, mas é a população fronteiriça que a vivencia no seu cotidiano de modo diferenciado, tendo centralidade na sua constituição imaginária de mundo a partir da vivência do local.

Assim, a ponte constitui as articulações destes indivíduos com o tempo, isto é, envolve questões de pertencimento e identidade, diferente do que ocorre com o turista, que a utiliza em momentos específicos da sua passagem, conforme relata do

jovem interlocutor rio-branquense (2018)⁴³ “el puente es muy importante para población de Rio Branco por los comercios, para los que tenemos familia em Brasil” como também podemos perceber no relato da interlocutora jaguareense K. P. (2019) “a ponte é fundamental para a população “de lá e de cá” porque é um elo de união material, que permite e facilita a socialização e a prática para a ligação imaterial entre as pessoas desses dois países”.

A ponte é ponto de interculturalidade da população de Jaguarão e a de Rio Branco, por isso que no cotidiano dessa fronteira apresentam-se diferentes imaginários que se cruzam e se confrontam em um espaço em comum partilhado. Assim sendo, a cultura e identidade são continuamente reinventadas neste espaço fronteiriço.

É nesse sentido que a ponte se torna elemento significativo da cultura material para os jaguareenses e rio-branquenses. A cultura material é entendida como a produção e reprodução da vida social, conforme analisa Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1983, p.112):

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais.

Segundo Meneses (1983, p.113), para analisar “a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social”, assim sendo, ressalta que cultura material pode ser considerada por um duplo aspecto, isto é, como produtos e como vetores de relações sociais. O primeiro seria a representação de um processo histórico da forma de organização dos homens em sociedade, já o segundo seria as condições em que se produzam e efetivem as relações sociais.

A ponte com referência da cultura material pode revelar a cultura arquitetônica como também os costumes sociais de determinada época. Desse modo, ela representa a integração dos aspectos materiais e não materiais da cultura da população jaguareenses e rio-branquense, ou seja, um ponto de encontro e sociabilidade entre as duas cidades vizinhas, sendo assim, os interlocutores de

⁴³ Optou-se por não utilizar o nome dos alunos que responderam os questionários realizados na escola Liceo Dr. Aníbal Acosta Estapé na cidade de Rio Branco/Uruguai, alunos do segundo ano do ensino médio (média de idade de 15 anos).

ambos os lados recordam a prática de ir e vir do outro lado, como costumes fronteiriços marcados por épocas diferentes, mas mesmo assim muito similares.

Nas memórias de ambos os lados da fronteira podemos perceber estes costumes similares, como no relato da interlocutora rio-branquense M. F. (2019) “cuando era niña iba con mi madre hasta abajo del puente en volanta y cruzabamos el puente caminando para comprar el surtido del mes”, como também aparece no relato do interlocutor jaguareense M.G.C.(2018) “nós íamos quase diariamente buscar carne no Uruguai que era mais barata que o leite”. Estas lembranças estão relacionadas à integração do comércio nesta fronteira.

Nesse sentido, percebe claramente a importância da ponte para integração dessas culturas nesse espaço de fronteira. Assim, ela se torna significativa para a população local pelas práticas de uso no cotidiano. Isto faz com que alimente as memórias desse grupo. Para a interlocutora jaguareense G.N (2019), a ponte aparece nas suas lembranças como um lugar de lazer: ela diz que “gostava de ver os redemoinhos do rio lá de cima da ponte”. Mas a ponte parece também em muitos relatos como um lugar admirado na hora do chimarrão, na beira do cais do porto, do lado brasileiro, ou no Parque do Remanso, do lado uruguaio.

Kevin Lynch em *A Imagem da Cidade* (2001), ressalva que os indivíduos dão significados para alguns lugares, a partir das percepções que constroem das informações práticas da conservação e também de suas práticas sociais.

Os elementos móveis de uma cidade são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele [...]. É preciso levar em consideração não apenas a cidade como uma coisa em si, mas a cidade do modo como percebem seus habitantes. (Lynch, 2001, p.11-12)

Assim a imagem que cada indivíduo tem está impregnada de lembranças e de significados. Nota-se que a cultura adquire significados distintos dependendo da sociedade na qual está inserida e é uma constante construção de fatores sociais. Por isso tanto na sociedade jaguareense quanto na rio-branquense, ele desenvolve-se a partir de uma diversidade de elementos culturais, provenientes de várias etnias. Deste modo, a cultura é produto de uma construção social, conforme Santos (1983, p. 44):

Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como, por exemplo, se poderia falar de religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe [...] cultura diz respeito a todos os aspectos da vida

social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros.

Neste sentido, a cultura passa a representar a construção social de grupo em um determinado tempo, ou seja, pertence ao momento histórico. Assim, ela é entendida com um conjunto de características simbólicas e significados próprios de cada grupo.

Clifford Geertz (2008, p. 15), a partir de uma teoria interpretativa da cultura, ressalta que a cultura deve ser compreendida como um conceito semiótico, isto é, através da análise de representação dos signos, como teias de significados. Para ele, "a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível". Portanto, a cultura é construção social criada pelo homem, isto é, um produto da ação do homem, mas também um processo contínuo pelo qual os indivíduos dão sentido às suas ações.

As duas cidades foram adquirindo novas características ao longo dos anos, mas a ponte não sofreu longas modificações quanto ao seu espaço físico. O mesmo não se pode dizer quanto ao seu uso pela população fronteiriça, cujo significado foi alterando, ao passo que incorporava novos usos de acordo com o tempo. As trocas comerciais são as que mais aparecem nas memórias dos interlocutores de ambos os lados.

Ainda hoje, constante as oscilações da relação de câmbio entre o peso uruguaio e a moeda brasileira, variam nas cidades limítrofes as preferências dos consumidores. Conforme for mais vantajoso comprar no Uruguai ou no Brasil, massa de consumidores se desloca para lá ou pra cá, inclusive mobilizando legiões de subempregados ou desempregados, que se dedicam à tarefa de adquirir mercadorias no varejo e transportá-los para outro lado da linha fronteiriça (FRANCO, 2001, p. 21).

Os indivíduos se relacionam não somente no campo comercial e econômico, mas também no afetivo, sempre reconstruindo suas relações sociais a partir da relação que mantêm com o espaço. Desse modo, as memórias são construídas em conformidade com as práticas de uso do espaço, em seus contextos. Essa circulação da população entre os dois países está relacionada com a memória afetiva dessa população, como percebemos nos relatos dos interlocutores de ambos os lados no capítulo 2.

Essa região de fronteira é caracterizada pela influência da cultura portuguesa e espanhola, que por longos períodos da história disputaram este território, de modo que os dois países, Brasil e Uruguai, tendo como línguas oficiais respectivamente o Português e Espanhol, experimentam, como fruto da interação cultural, uma mistura vocabular que forma o chamado *Portunhol*. Como se vê, esse contato linguístico é um fator que intensifica a dinâmica fronteiriça dos costumes das duas cidades. O *Portunhol*, um falar de fronteira (língua não oficial), torna-se um ponto de contato na integração cultural dessa fronteira, como um aspecto que une essas duas culturas – nesse aspecto fazendo com que estas duas culturas sejam uma cultura. Assim, a interação social ocasionada pela ponte torna-se favorável para ambos os lados.

Percebe-se que o rio-branquense, quando está do outro lado, isto é, em Jaguarão, tenta pronunciar a língua local, mas acaba mesclando os dois idiomas, expressando-se no *Portunhol* para se comunicar. Já o mesmo não acontece com o jaguareense, que quase sempre mantém a sua língua no lado uruguaio da fronteira. Nessa comunicação, acaba saindo o *Portunhol*, sendo esse utilizado somente de forma oral. Então a comunicação nesse espaço da fronteira Brasil/Uruguai torna-se algo singular dessa população fronteiriça.

O modo de se vestir nessa fronteira também é algo singular⁴⁴, devido às características regionais relacionadas às baixas temperaturas durante o inverno. A moda local aparece como um elemento que reforça adaptação de elementos culturais da região da campanha.

A área da campanha corresponde a uma grande extensão de terra, situada no espaço geográfico conhecido como região platina que atualmente corresponde a três países: Argentina, Uruguai e Brasil. A formação econômica, social e cultural da região tem uma relação histórica “a partir da colonização, quando [se deu] o contato do europeu com o habitante e a introdução do gado bovino e cavalari” (REICHEL, 2010, p.445).

A região da fronteira sul é caracterizada pela paisagem do pampa. Os pampas são dotados de uma identidade rural, tendo como uma das principais atividades da economia da região a pecuária. Assim sendo, a tendência do uso da lã na vestimenta dessa população fronteiriça deixa evidente a semelhança valores culturais acentuados pelas características da região platina e pelo clima.

⁴⁴ Poncho (de lã de ovelha), Bombacha, Bota (de couro), Pala e a Ruana.

Assim, a moda fronteiriça reforça códigos culturais e revela a existência de um compartilhamento de costumes, tradições e valores. Essa forma de sociabilidade acaba por mostrar a representação de um modo de vida na/da fronteira.

A experiência gastronômica neste espaço fronteiriço também apresenta características locais e únicas. Na culinária jaguareense podemos experimentar pratos típicos uruguaios, como por exemplo, o *chivito* (hambúrguer acompanhado de batatas fritas), e o *chivito* ao prato (sem a presença do pão acompanhado de uma salada de batatas), como também podemos encontrar o *pancho* (salsicha cozida servida em um pão alongado), para os brasileiros, conhecido como "cachorro-quente". Como podemos perceber a interação cultural dessas duas cidades apreço também na gastronomia, na mescla dos costumes, os aspectos da culinária rio-branquense podem encontrados na cidade vizinha.

O mesmo acontece do outro lado. Os uruguaios começaram a pouco tempo a ansiar o modo dos restaurantes brasileiros, em que o próprio cliente serve-se da comida, já que os restaurantes no Uruguai são servidos por um cardápio "à la carte". Hoje já se encontra estabelecimento com bufê a quilo na cidade de Rio Branco, mas a procura por este estilo de restaurante brasileiro segue sendo muito grande dentre os rio-branquenses.

Os jaguarenses também procuram os pratos típicos dos vizinhos, principalmente à noite, quando aumenta o fluxo em direção aos estabelecimentos uruguaios em busca da pizza à moda Uruguai, servida na pedra e a metro, e também das *parrilladas*, modo de preparo da carne assada na grelha ao invés do espeto, tradição no lado brasileiro, ou até do modesto cachorro quente à uruguaia, apreciado pelos brasileiro - o "pancho". Como relata o interlocutor jaguarenses, M. G. C. (2018), "a gente ia seguido ao Uruguai comprar o cachorro quente de qualidade, fala-se que a mostarda deles é a melhor da América Latina".

A gastronomia dessa fronteira apresenta particularidades, pois preserva a identidade local, como referência particular da população fronteiriça, a interação de suas culturas na gastronomia provoca experiências únicas memoráveis para a população local.

Como podemos perceber dimensão da fronteira entre Jaguarão e Rio Branco é algo que vai muito além de uma linha divisória. É mais do que uma linha (no caso um rio) a dividir geograficamente duas cidades ou dois países. Para a população

local, ela representa um espaço de troca, isto é, um ponto de contato em que prepondera a hibridização⁴⁵. Assim uma fronteira de sentidos múltiplos, ou seja, do igual que é diferente.

Vivia perplexo diante do Uruguai, não propriamente diante do mundo mas, antes, diante daquele outro mundo: tão perto e tão longe, logo ali do outro lado da risca vermelha no cimento da ponte, muy cerca, cerquita, cercado (a risca vermelha no meio da ponte). Aquele outro mundo, separado e unido pelo rio: tão diferente e tão igual tão distinto e tan distinto tão distinguido e tan distinguido tão esquisito e tan exquisito (SCHLEE, 1998, p.53).

O rio Jaguarão é essa linha limite que separa essa população. Mas, por outro lado, a ponte intensifica essa aproximação. Por isso a ponte representa um símbolo que aproxima essas culturas.

Neste sentido, Pesavento (2002, p. 37) observa “se a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica”. Para a autora, as fronteiras culturais são acima de tudo simbólicas.

Assim sendo, a cada olhar que população jaguareense e rio-branquense direciona a ponte, acaba por significá-la de diferentes maneiras pelo simples fato de que cada sujeito tem uma percepção diante de um objeto ou acontecimento. Esses olhares provêm de parâmetros e referenciais teóricos que são subjetivos, culturais e históricos.

O conceito de cultura pressupõe exibir o modo de vida de uma determinada sociedade através de compartilhamento de símbolos, saberes, hábito e costumes, ou seja, processo social de um determinado grupo. No entanto, a cultura pode ser entendida ainda como estética bem como uma forma artística e intelectual, conforme expõe Williams, (2011, p. 13):

Há certa convergência entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura como ‘modo de vida global’ distinto, dentro do qual se percebe, hoje, ‘um sistema de significações’ bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, e o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como ‘atividades artísticas e intelectuais’.

A ponte aparece no cotidiano da população local como uma possibilidade de entender o contexto social e sua integridade de trazer informações sobre a sociedade. Num primeiro momento, é o juízo estético que antecede a imagem da

⁴⁵ Segundo Nestor Garcia Canglini (1999), hibridização é uma prática multicultural, possibilitada pelo encontro de diferentes culturas.

ponte, antecipa o julgamento de um objeto belo, mas as hipóteses sobre o que é beleza, nem sempre são unânimes.

Para uns a beleza é algo que esta objetivamente nas coisas, para outros e apenas um juízo subjetivo, pessoal e intransferível a respeito das coisas. Se entendermos que o juízo do que é ou não belo é subjetivo, o gosto é algo individual, cada pessoa vê e valoriza de acordo com seu contexto social. Então o estético seria em grande parte desenvolvido sob a influência da cultura (em) que se vive. Isto nos mostra que o entendimento do que é belo depende do momento histórico e do desenvolvimento cultural (Adorno, 2006).

Assim a ponte, inclusive no que tange a percepção de belo, tem a capacidade de sintetizar um dado conteúdo cultural de um determinado momento histórico. Esse conteúdo é determinado pelo juízo moral, sendo o comportamento humano orientado por um conjunto de normas que tem como base os valores próprios (códigos morais) que podem ser distintos de uma comunidade para outra, através de referências culturais fortemente impregnadas de valor, como um produto social.

A construção da cultura da população jaguareense e rio-branquense não pode ser pensada sem a interferência da presença da ponte. A ponte impregna as transformações econômicas, sociais e políticas, que caracterizam esse espaço pela dimensão da cultura de um lugar de fronteira. Assim, a população fronteiriça reconstrói e reinventa elementos da sua cultura na busca de uma organização social.

O papel da cultura para o reconhecimento e pertencimento de lugar está no valor simbólico que foi construído ao longo do tempo e pode ser constatado no modo de vida social da população fronteiriça. Como ressalva Heloísa Reichel (2010, p. 445), esta fronteira tem “uma sociedade com relações sociais específicas, as quais geraram um universo próprio de valores culturais, um cotidiano e um imaginário peculiares”. Assim sendo, a ponte passa a representar um padrão de significados transmitidos historicamente às gerações seguintes, como espaço cultural da integração da população local, como também pode revelar costumes sociais do cotidiano.

4.2 Identidades moveis

A população fronteiriça constitui e reconstitui sua identidade a partir de fatos relevantes, de raízes do passado, mas também do presente, que são culturalmente construídos ao longo dos anos. Desse modo, a população jaguareense e rio-branquense percebe a Ponte Internacional Mauá como um instrumento memorável, significativo e necessário na interação do grupo no espaço. A ponte harmoniza a convivência de diferentes gerações ao mesmo tempo, isto faz com que alguns indivíduos relembrem um tempo que não foi vivido por muitos que compartilham aquele o mesmo espaço. A partir dessas considerações podemos iniciar uma discussão entorno da construção e reconstrução da identidade dessa população da fronteira.

Partimos do pensamento Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva autores do *Dicionário de Conceitos Históricos* (2005, p. 202), a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, permite ao indivíduo se tornar semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Neste sentido, tem-se a definição de identidade pessoal. Já a identidade cultural seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos.

Para Candau (2016), ao afirmar que identidade é algo social, entende que ela se desenvolve nas interações entre sujeitos, nas trocas de informações e nas relações próximas (família, amigos e religião), assim como nos contextos em que está inserido. Esse conjunto de fatores influenciará na identidade do sujeito.

Considerando tal pensamento, Castels (1999, p. 22- 23) conclui que “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. Assim ressalta que todos esses materiais “são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo/espaço”.

A população jaguareense e rio-branquense possuem características locais e únicas comparadas com o restante de seus países, elas se identificam pelo compartilhamento de significações e representações culturais que são particulares dessa fronteira Brasil - Uruguai, que são intensificadas pela ponte. Como relata a

interlocutora C.M.B.F. (2019) “yo recuerdo del puente cuando veníamos de la arrojera hacer compras todos los meses con mis padres y mi hermano que era chico, yo lo pasaba en mis brazos y dijo que iba a jugar en el agua yo tenía 11 años y él 10 años”, essa recordação da infância da interlocutora está marcada pelo cotidiano da população local, que se beneficia com as trocas económicas que a fronteira proporciona.

Denys Cuche (1999, p. 176) aborda a relação entre a cultura e o conceito de identidade. Segundo o autor, os termos cultura e identidade têm uma grande ligação: o primeiro “depende em grande parte de processos inconscientes”, enquanto o segundo “remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” – deste modo a identidade só pode ser entendida num contexto relacional.

Segundo o autor, somente o contexto relacional “poderia explicar porque, por exemplo, em dado momento tal identidade é afirmada ou, ao contrário, reprimida”. Para ele, a identidade cultural está relacionada à questão da identidade social, visto que o indivíduo é caracterizado por identificadores sociais que o permitem localizar-se em um sistema social, como menciona:

A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (CUCHE, 1999, p. 176).

Assim, destaca-se a natureza social da identidade, caracterizada pela diferença cultural. A área de fronteira é um espaço social que fomenta as diferenças culturais, mas que também as aproxima. A integração da fronteira faz com que a população jaguareense e rio-branquense tenha um sentimento de compartilhamento de práticas culturais no seu cotidiano.

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 1999, p. 182).

A partir desse pensamento, pode-se compreender a identidade como uma prática social, sendo marcada por uma temporalidade e pelo espaço, ou seja, os grupos constroem e reconstróem suas práticas culturais por meio das interações culturais, mas também por identificação. Essa identificação com o lugar pode ser

percebida no relato da interlocutora jaguareense M.G.C.S.⁴⁶ (2019) quando recorda da saudade de seu tio em cruzar a ponte: “meu tio com 86 anos, quando retornou nesta cidade após 60 anos atravessou a ponte a pé”.

A população fronteiriça é confrontada diariamente com inúmeras influências, aquelas vindas de ambos os lados, mas também aquelas outras advindas da globalização mundial. Logo, a população da fronteira se vê constantemente na contingência de se adaptar às influências decorrentes da globalização que de alguma acaba atingindo a todos. Entre essas, podemos citar algumas dessas como: linguísticas, econômicas, socioculturais e políticas.

Stuart Hall, em *A identidade na pós-modernidade* (2006), trata da mudança da identidade nacional pelo processo de globalização. Segundo o autor, a modernidade em meados do século XX gerou uma “crise de identidade”, isto é, as antigas identidades ditas autênticas, que estruturam a sociedade nacional, sofreram rupturas. O sujeito moderno teve sua identidade fragmentada. Em um discurso em que a identidade do Eu também é diferente de si em alguns momentos sociais, assim a diversidade passa a ser reconhecida. Como argumenta Hall (2006, p.21):

[...] a identidade muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

Nesse caráter de mudança da identidade na modernidade, Hall (2006) apresenta três concepções de identidade do ser humano. O sujeito iluminista, como centro de tudo. Nele, o ser humano é dotado de todo o conhecimento e poder. Intrinsecamente permaneceria um Eu totalmente isolado. Conservar-se-ia idêntico/imutável e individual ao longo da existência, porém, sempre progressivo. A concepção sociológica: considera o sujeito sendo ativamente influenciado pelas relações sociais. O sujeito como um ser dependente de suas criações culturais, como signos, objetos e valores culturas. A identidade surgiria da troca entre o sujeito/eu e a sociedade/outro. E, por fim, a concepção pós-moderna, em que se considera o estado de fragmentação do sujeito e do espaço social. Sem a existência de um eu permanente, de uma identidade universal e fixa.

A partir dessa última concepção observada por Hall é que podemos compreender a identidade cultural de uma população fronteiriça. A população

⁴⁶ M.G.C.S., Professora aposentada, moradora de Jaguarão-RS/Brasil, questionário realizado em janeiro de 2019.

jaguareense e rio-branquense esta constantemente, a procura de uma identificação que possa compreender esse sentimento de dupla nacionalidade que fronteira proporciona. Aproximação cultural das duas cidades faz com que a diferenciação entre os dois lados torne-se menos perceptível. Como observado pela interlocutora jaguareense M.G. S. (2019) “duas pátrias um só povo”.

Assim, Hall (2006, p.39) ressalta que o homem “continua buscando a identidade e construindo biografias que tecemos em diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude”. E continua:

Assim a identidade é formada, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, sendo assim algo inato, existente na consciência do indivíduo desde o momento de seu nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, ou seja, sempre em construção (HALL, 2006, p.39).

Conforme o autor, a identidade torna-se uma “celebração móvel” pela constante transformação em relação à forma como somos representados pelos sistemas culturais. Logo, completa o autor, “as identidades, sejam elas nacionais ou regionais, de fato, não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2006; p.49).

Desse modo, para Hall (2006, p.8), identidade cultural corresponde a “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”.

Neste sentido, Boaventura Santos, em *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*, afirma que “as identidades culturais não são rígidas, nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação”. Conclui-se de tal pensamento que são identificações sempre em curso e dominadas pela obsessão da diferença. Neste sentido, a identidade toma uma abrangência que pode ser classificada como coletiva e individual. Tal significado ainda está associado ao conceito de cultura, a qual faz parte de um mecanismo de diferenciação ou igualdade. Ou seja, a identidade nasce da cultura, e vice-versa, numa emaranhada relação. Contudo, conforme André Villa Boas entende-se que a cultura:

[...] assume seu sentido antropológico, em especial a partir do estruturalismo: como o sistema simbólico que estrutura uma dada civilização e como toda construção subjetiva que a transforma a natureza. [...], portanto, a identidade, inclui-se ao jogo individual e social, e a este jogo damos o nome de cultura. (BOAS, 2002, p.15-16)

É importante ainda, a esse respeito, o pensamento de Tomaz Tadeu da Silva, o qual afirma que:

Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação. [...] A ideia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o “real” presente – de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação. [...] A representação é como qualquer sistema de significação uma forma de atribuição de sentido. É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. (2009, p. 89-91)

A identidade parte das escolhas que fazemos, desde religião, time de futebol, entre outros, parte do se reconhecer através de um processo de alteridade frente a si mesmo e ao outro. Em um jogo de olhares entre Eu e o Outro, em que “as máscaras que exibimos então e depois ao mundo e aos seus habitantes são moldadas de acordo com que se consegue antecipar desses julgamentos” (STRAUSS, 1999; p. 29).

Neste sentido, Canclini (1999) define a identidade como algo construído ao longo do tempo, resultado de um processo de disputa por territórios, quando os indivíduos procuram uma melhor forma de convivência com as diferenças. Desse modo, nesse processo a formação de sua identidade através de aspectos que os tragam o pertencimento como costumes, culinária e vestimenta e até mesmo a língua, como no caso dessa fronteira em que se desenvolveu o *Portunhol*.

A identidade é uma construção que se narra, nela estabelecem-se acontecimentos fundadores, que, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros, vão se somando às façanhas em que os habitantes defendem esse território, ordenando seus conflitos e estabelecendo modos legítimos de convivência a fim de se diferenciarem dos outros (CANCLINI, 1999, p.173).

Dessa maneira, várias são as narrativas, memórias, estórias e mitos, contados e recontados, para uma constituição de uma identidade nacional ou regional ser concebida, produzindo-se assim uma unicidade para este espaço e esta identidade, fazendo com que os membros de um grupo partilhem da ideia de nação ou região. Conforme Hall (2001, p.51)

Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.

Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Este espaço de fronteira permite um contato direto entre o nacional e não-nacional, tornando difícil a identificação de uma identidade nacional, pois as cidades em questão apresentam uma circulação de suas culturas no processo de comunicação entre elas, proporcionando assim um intercâmbio de culturas caracterizando-se uma hibridização cultural.

Embora haja um esforço da população jaguarense e rio-branquense para fixação de uma identidade nacional diferenciando-se uma da outra, pode-se perceber toda uma variedade de produções discursivas que buscam dar sentido as relações estabelecidas nesse espaço de fronteira. A ponte estabelece para população local, ponto de encontro e sociabilidade de duas cidades que são consideradas periféricas em relação sua posição geográfica.

A população fronteiriça ressignifica sua cultura pelas práticas de compartilhamento, costumes e tradições, é isso faz com que as lembranças dos jaguarenses e dos rio-branquenses adotem um determinado significado para a ponte de acordo com sua contextualização. Desta forma, a identidade, nesse espaço, apresenta-se como um lugar de representação, semelhanças e alteridades enquanto sujeitos que compartilham um mesmo espaço social.

De tal modo, a ponte passa a ser identificada pela população fronteiriça como uma referência para identificação do grupo nesse espaço, ou seja, um lugar que auxilia na reconstrução do passado dessa população no presente, já que vai adquirindo várias apropriações de significados de acordo com o tempo. Segundo Candau, os processos identitários:

[...] vão ser forjados e instaurados a partir de memórias cuja natureza depende estreitamente das modalidades segundo as quais os membros de um grupo representam o tempo - falamos da multiplicidade de tempos sociais e se acomodam num fluxo temporal irreversível. (CANDAU, 2016, p.85).

A memória coletiva, conforme Candau (2016), é o combustível da identidade, não existe se não diferencialmente, em uma relação sempre mutável mantida com o outro, assim como expõe Pollak (1992, p.204), para quem “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. Uma comunidade guarda em suas

memórias diferentes representações do espaço, por intermédio de uma memória individual e coletiva.

Segundo Pollak (1992, 207), a memória e a identidade são valores que estão sempre em disputa entre os grupos sociais, sendo assim os grupos estão sempre num processo de construção de sua memória e conseqüentemente de sua identidade ao longo do tempo, isto significa uma busca constante pelo sentimento de unidade de continuidade e de coerência.

A Ponte Internacional Mauá constitui para população local um importante laço de afetividade e afirmação dentro do sistema de significados que buscam dar um sentido a uma identidade local.

Portanto podemos perceber que o espaço de fronteira também é um espaço de construção de identidades, embora haja todo esforço para a fixação de uma identidade nacional. A ponte passa a representar para a população fronteiriça um símbolo cultural, já que promove o encontro das culturas destes países, Brasil e Uruguai. Dessa maneira, a memória desse grupo é alimentada baseada nas experiências acumuladas ao longo do tempo e nas referências do espaço como um lugar de interação entre os dois lados da fronteira, como forma de pertencimento e reconhecimento dos seus laços identitários fronteiriços, já que identidade é algo que se constrói e que se transforma durante toda uma vivência, sendo constantemente requisitada, reajustada e reinventada.

5. Considerações Finais

A vida nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, fronteira Brasil-Uruguai, é marcada pela interação cultural proporcionada pela Ponte Internacional Mauá. O intercâmbio econômico e cultural agenciado pela ponte faz com que ela seja intensamente vivenciada pela população fronteiriça no seu cotidiano, como um elo entre as culturas – uma ligação carregada de afetividade, como também de uma dimensão estética, sendo assim o lugar representa para esses moradores a construção de muitos significados.

Atualmente enquanto moradora da cidade de Rio Branco, percebo claramente o sentido da frase “Uma terra só⁴⁷”, descrita Schlee como se fosse uma única cidade. Apesar de viver num país diferente e falar outra língua, os nossos costumes são os mesmos. É como se, ao estar morando em Rio Branco, estivesse morando na minha cidade de origem, Jaguarão.

Nas cidades de Jaguarão e Rio Branco há uma aproximação da população local tão intensa que parece uma única cidade. Como é relatado pela interlocutora M. B. (2019), “uma fronteira que quase não se percebe que são dois países distintos, a não ser pela língua. Pois está tudo emaranhado, as pessoas, as coisas, o ambiente. O lado de lá e o de cá é uma coisa só na verdade”.

A cultura é elemento importante na integração dessas duas cidades de fronteira, como os interlocutores salientaram, “somos um mesmo povo”, “somos *Hermanos*”. Essas relações fazem com que a memória desse grupo permaneça viva ao longo do tempo, renovando-se de ambos os lados como uma afirmação dentro do grupo. Essa relação aparece no relato do interlocutor L.A.A. L. (2018), segundo o qual “el proceso de integración no preocupa más a los países con límites, pues está pacificada, la frontera es más de paz que conflictiva [...] para mí la puente no tiene explicación es por el atractivo y por su lado afectos, salir a caminar y contemplar el horizonte”.

A pesquisa iniciou-se com uma inquietação: investigar as representações da Ponte Internacional Mauá para a população fronteiriça, tendo a ponte como referência cultural, já que foi declarada como um patrimônio do MERCOSUL.

As narrativas mostram que as representações memoriais que a ponte acende na população fronteiriça são intensificadas pela memória coletiva, vinculadas às lembranças, valores e sentimentos. A relação de identificação é alimentada não apenas pelo lado material que uma edificação carrega. O valor está, mais que isso, nos significados e vivências ali experimentadas, pois é através da ponte que a memória pode ser despertada. Assim, como relata a interlocutora M.B. (2019), “a ponte me remete à travessia. Lembro-me do vai e vem das pessoas, dos carros, bicicletas, motos e caminhão. Ao caminhar no meio da ponte, penso num passado, onde havia o trem, que se confunde com o presente, pela permanência desses trilhos”.

⁴⁷ Título de um livro de contos da fronteira Brasil-Uruguai. SCHLEE, Aldyr Garcia. Uma terra só. 2ª ed. Porto Alegre: ardotempo, 2011.

Ao considerarmos que a memória é diferente e pluralizada, teremos diversos agentes produzindo e difundindo representações próprias do passado. Assim, segundo Pierre Nora (1993), a memória, que recorre aos valores que cultivamos individualmente, está, por sua vez, intimamente associada à memória coletiva, porque constitui um elemento de negociação importante no convívio social.

O significado da Ponte Internacional Mauá como patrimônio cultural do MERCOSUL para a população fronteiriça vai além das experiências vivenciadas no tempo presente. Ela é um símbolo das relações sociais de integração da fronteira do Brasil com Uruguai, construídas na região pelo diferentes tempos históricos. Marca um encontro de dois países vizinhos, que acumularam uma história de conflitos e negociações. Neste sentido, a ponte como patrimônio cultural estabelece com a população fronteiriça a relação de identificação e continuidade, relacionado seu passado ao presente, por sua capacidade de materializar e evocar parte da memória social.

Dessa maneira, através da ponte a população local rememora cenas de um passado significativo da história da cidade como relata a interlocutora M.B. (2019), que a considera “muito importante, pois faz parte da história e formação da cidade, de um período de opulência e riqueza. A ponte traz em si memórias, experiência, vidas de quem a construiu, de quem viu ser construída, de quem cruzou ela de trem”.

Portanto, a interação da fronteira Brasil - Uruguai estabelece com os moradores de Jaguarão e moradores de Rio Branco através da ponte um importante laço de afetividade e afirmação dentro do sistema de significados que buscam dar um sentido à identidade local. As lembranças em relação à ponte passam a representar costumes, modos e práticas culturais de uma coletividade numa determinada época. Essas recordações se constroem e reconstroem através do significação de cada geração. Significados que buscam dar sentido a uma forma de pertencimento e reconhecimento dos seus laços identitários fronteiriços.

Nessa fronteira presenciamos o trânsito cultural e social, que tem a ponte como símbolo e agenciador, que acaba por definir o modo como a população local se identifica, no sentido do relato do interlocutor M.G.C. (2018), “como se fosse uma extensão do Brasil para dentro do Uruguai ou como se fosse uma extensão do Uruguai para dentro do nosso estado do Rio Grande do Sul, porque há uma

semelhança de vida”. Por fim, percebemos que nas memórias em torno da ponte conserva-se um volumoso e profundo acúmulo de fatos que vêm marcando de maneira significativa a memória da população fronteiriça.

Referências

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2006.
- ALEJO, Jorge Aicardi. **Rio Branco**: un enfoque historico y su realidad actual de cara al año 2000. Río Branco, Uruguay. Junta Autonoma Electiva de Rio Branco, 1992.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.
- BENTO, F. R. O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional Sul-Americana. **Revista Conjuntura Austral**, Vol. 6, nº. 27 – 28, p. 40-53, Dez. 2014/Mar. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51125>. Acesso em 15 de maio de 2017.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo. Martins Fontes, 1999.
- BOAS, André Villa. **Identidade e Cultura**. Rio de Janeiro: 2AB, 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 19 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. **Memória da cidade**: lembranças paulistanas. In: Estudos Avançados, vol.17, n.47, 2003. p.198-211.
- CALDEIRA, Jorge. Mauá: **Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CALVINO, Italo. **As cidades Invisíveis**. São Paulo: companhia das letras, 2000.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. Noticias recientes sobre la hibridación. <http://acd.ufrj.br/pacc/atrelatina/nelson.html> > Acesso em novembro de 2009.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARLOS, Ana Fani A. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- CASTELLO, Lineu. **A percepção de Lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede - a era da informação**: economia, sociedade e cultura. 5. ed. V.2, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Luciana. **Turismo e paisagem cultural**: para pensar o transfronteiriço. Caxias do Sul. 2011,190 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 2012.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História Oral: Memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina. **Textos de História**, v. 16, n. 2, p. 217-247, 2008.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**. ASPHE/ FaE – UFPel, n.8, setembro, p. 141-174, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira sul: ensaios históricos.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Origens de Jaguarão: 1790-1833.** Porto Alegre: Evangraf, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

GASTAL, Susana. **Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local.** In: Turismo investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002, p. 69-81.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, naciones e identidades, la periferia como centro** (comp.). Buenos Aires: Ed. CICCUS; La Crujía, 2000.

_____. **La nación en sus limites.** Contrabandistas e exilados em la frontera Argentina-Brasil. Barcelona, Editorial Gedisa. 2003.

GOLIN, Tau. **A fronteira.** Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os tratados demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na Bacia do Prata. V.1, Porto Alegre: L&PM, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25 -33.

GONZÁLEZ, Jorge A. Frentes culturais: para uma compreensão dialógica das culturas contemporâneas. In: **Estudos sobre culturas contemporâneas.** Época II, V. VII, n. 14, Programa de Cultura, Universidade de Colima, p. 9-45.

GUTFREIND, Ieda. Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-rio-grandense: historiadores municipalistas na prática da oralidade. In: **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC.** Salvador, p. 1-9, 2000.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Ponte Internacional Barão de Mauá: Patrimônio Binacional. In: **Patrimônio Cultural Brasil e Uruguai: os processos de patrimonialização e suas experiências.** Pelotas: Editora UFPel, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes 2000.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

_____. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000. p. 25-35.

LYNCH, Kevin, **A imagem da cidade**. Lisboa: Portugal, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares da memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, 2000. p. 205-217.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MATOS, Everton Coelho. **Brasil e Uruguai**: uma dívida que virou ponte. 2008. 43f. Monografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, Uruguai, 2008.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil Uruguai**: a construção da cidade de Jaguarão. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Universidade Politécnica da Catalunha, 2001.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

_____. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de história**, n.115, 103-117, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28,1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais. Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial, 2002. p. 35-39.

QUINTELA, Alberto. Institucionalidad del patrimonio cultural em El Uruguay. In: **Patrimônio Cultural Brasil e Uruguai**: os processos de patrimonialização e suas experiências. Pelotas: Editora UFPel, 2013.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad* 27. Madrid. p. 63-76, 1998.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, p. 3-5, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

POMER, Leon. *Conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo: Brasilense, 1979.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento e a busca da definição de uma fronteira entre as Américas Portuguesa e Espanhola (1680-1750). In: **Anais do Seminário de Estudos Urbanos e Regionais**. V.1, n.1; p. 10-30, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/view/3256/3117>> Acesso em 10 maio de 2017.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação. Ciências e Letras, 2000. p.13-24.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

REICHEL, Heloísa. Para além das barreiras das fronteiras geopolíticas na construção historiográfica: a região platina no sul da América do Sul. In: José Luis Bendicho Beired, Maria Helena Capelato, Maria Lígia Coelho Prado (organizadores). **Intercâmbios Políticos e Mediações Culturais nas Américas**. São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. p. .556

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 5 (1-2), p. 31-52, 1993.

SANTOS, Ivana Morales Peres dos. **Direito Internacional e Gestão Pública do Patrimônio Cultural Transnacional ou de Fronteira: Estudo do caso da Ponte Internacional Barão de Mauá enquanto Patrimônio Cultural do Brasil, do Uruguai e do MERCOSUL**. 2017, 171f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SCHELEE, Andrey Rosenthal. **A Ponte**, 2001, p. 2-14.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Uma terra só**. 2ª ed. Porto Alegre: Ardotempo, 2011.

_____. **Linha divisória**. 2ª ed. Porto Alegre: Ardotempo, 2015.

SCWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Campanha das Letras 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Kalina Varderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2005. p. 202-205

SOARES, Eduardo Alves de Souza. **Ponte Mauá: Uma História.** Porto Alegre: E.A.S.S/Evangraf, 2007.

SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (org). **Olhares sobre Jaguarão.** Porto Alegre: Evangraf, 2010.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras.** Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História.** São Paulo, 15, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um espaço da percepção, atitude e valores do meio ambiente.** 2 ed., São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Documentos consultados

Ata da VIII Reunião do CPC/MERCOSUL. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VIII_reuniao_cpc_mercosul_espanhol.pdf. Acesso em novembro de 2017.

“Dossiê de candidatura da Ponte Internacional Barão de Mauá”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_ponte_barao_de_maua.pdf. Acesso em: 25 maio de 2016.

“Dossiê de Tombamento: A Ponte Barão de Mauá”. Brasília. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_ponte_barao_de_maua.pdf, Acesso em: 25 maio de 2016.

Entrevistas

C.S., morador da cidade Rio Branco/Uruguai, aposentado. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em janeiro 2019.

D.M., moradora da cidade Rio Branco/Uruguai, Comerciante. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em janeiro 2019.

E. S., morador da cidade Rio Branco/Uruguai, funcionário público. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em agosto de 2017.

L. A. A. L., morador da cidade de Rio Branco/ Uruguai, Professor aposentado. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em abril de 2018.

L. F. V., moradora da cidade de Jaguarão/Brasil, atendente de loja. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em julho de 2013.

M.C.C., morador da cidade Jaguarão/Brasil, estudante. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em setembro de 2013

M. G. C., morador da cidade Jaguarão/Brasil, Professor aposentado. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em novembro de 2013 e março de 2018

R. S. L., morador da cidade de Jaguarão/Brasil, Radialista. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em janeiro de 2014.

Questionários semiestruturados

Questionário realizado em maio de 2018 na escola Particular Nelson Wortmann na cidade de Jaguarão/Brasil, com alunos do segundo ano do ensino médio (média de idade de 15 anos) foram 10 alunos e 01 professores.

Questionário realizado em maio de 2018 na escola EMEF Padre Pagliani na cidade de Jaguarão/Brasil, 04 professores.

Questionário realizado em maio de 2018 na escola Liceo Dr. Aníbal Acosta Estapé na cidade de Rio Branco/Uruguai, com alunos do segundo ano do ensino médio (média de idade de 15 anos) foram 23 alunos e 04 professores.

Questionários a partir do formulário online do Google.

C.M.B.F., realizada em janeiro de 2019, morador de Rio Branco/Uruguai.

E.G., realizada em janeiro de 2019, moradora de Jaguarão/Brasil.

J.C., realizada em janeiro de 2019, morador de Jaguarão/Brasil.

J.G., realizada em janeiro de 2019, morador de Jaguarão/Brasil.

F.C.S.C., realizada em janeiro de 2019, morador de Jaguarão/Brasil.

F.T., realizada em janeiro de 2019, moradora de Rio Branco/Uruguai.

F.M., realizada em janeiro de 2019, moradora de Rio Branco/Uruguai.

G.C., realizada em janeiro de 2019, moradora de Jaguarão/Brasil.

L.G., realizada em janeiro de 2019, moradora de Rio Branco/Uruguai.

M.B., realizada em janeiro de 2019, moradora de Jaguarão/Brasil.

M.G.C.S., realizada em janeiro de 2019, moradora de Jaguarão/Brasil.

M.F., realizada em janeiro de 2019, moradora de Rio Branco/Uruguai.

N.M.S. realizada em maio de 2018, moradora de Jaguarão/Brasil.

K.P., realizada em janeiro de 2019, moradora de Jaguarão/Brasil.

R.A.N.L., realizada em janeiro de 2019, moradora de Rio Branco/Uruguai.

R.L., realizada em janeiro de 2019, morador de Jaguarão/Brasil.

S.A. , realizada em janeiro de 2019, morador de Jaguarão/Brasil.

Portal eletrônico consultado

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>

<http://www.ine.gub.uy/web/guest/inicio>

<http://www.iphan.gov.br/>

<https://www.jaguarao.rs.gov.br/>

<https://www.municipios.gub.uy/rio-branco>

Anexos

Anexo 1- Termo de Consentimento livre e esclarecido

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Fatiane Fernandes Pacheco, do programa pós-graduação Memoria Social e Patrimônio Cultural da Universidade de Federal de Pelotas-UFPeL, que pode ser contatada pelo e-mail: fatiane_jag@hotmail.com e pelo telefone 55(53)984xxxxxx. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da cidade de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai, visando, por parte da referida aluna a realização de um texto dissertativo intitulado “As representações da Ponte Internacional Mauá: para as cidades de Jaguarão/Brasil e Rio branco/Uruguai”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Jaguarão, ____ de _____ de _____.

Anexo 2- Consentimiento informado

Acepto participar, como voluntario, en el estudio realizado por la estudiante de posgrado Fatiane Fernandes Pacheco, del programa de posgrado de la Universidad Federal de Pelotas -UFPel Memoria Social y Patrimonio Cultural, que puede ser contactado por correo electrónico: fatiane_jag@hotmail.com y por teléfono 55 (53) 984xxxxxx. Soy consciente de que el estudio tiene como objetivo realizar entrevistas con residentes de la ciudad de Yaguarón / Brasil y Río Branco / Uruguay, con el objetivo, por parte de dicho estudiante, de hacer un texto disertante titulado "Las representaciones del Puente Internacional de Mauá: para las ciudades Yaguarón / Brasil y Río Branco / Uruguay". Mi participación consistirá en conceder una entrevista que se grabará y transcribirá. Entiendo que este estudio tiene el propósito de la investigación académica, que los datos obtenidos no serán revelados, excepto con autorización previa, y que en este caso se preservará el anonimato de los participantes, garantizando así mi privacidad. El estudiante proporcionará una copia de la transcripción de la entrevista a mi conocimiento. Además, sé que puedo abandonar mi participación en la encuesta en cualquier momento y que no recibiré ningún pago por esta participación.

Assinatura

Rio Branco ____ de _____ de _____.

Anexo 3- Roteiro de entrevistas e dos Questionários

I- Dados de identificação:

* Autorização para usar as informações da entrevista.

- 1) Nome completo.
- 2) Data de nascimento/Local
- 3) Nacionalidade
- 4) Escolaridade
- 5) Profissão

II- A ponte

- 1) Você gostaria de relatar alguma(s) experiência(s) vivenciada(s) na Ponte Internacional Mauá?
- 2) Quando falam na Ponte o que você lembra?
- 3) Alguém da sua família já lhe contou alguma história que envolvia a ponte?
- 4) O que você conhece sobre a história da Ponte Internacional Mauá?
- 5) Você sabe por que ela recebeu o nome de Mauá?
- 6) Você percebe uma importância da ponte para população de Jaguarão?
- 7) Caso não existisse a ponte como seria a vida nesta fronteira?
- 8) Como você enxerga essa fronteira Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai?

Anexo 4 - Guión de entrevistas y cuestionarios.

I- Datos de identificación:

* Autorización para utilizar la información de la entrevista.

- 1) Nombre completo
- 2) Fecha de nacimiento / lugar
- 3) Nacionalidad
- 4) Escolarización
- 5) Profesión

II- El puente

- 1) ¿Le gustaría reportar alguna experiencia vivida en el Puente Internacional de Mauá?
- 2) Cuando dicen en Ponte, ¿qué recuerdas?
- 3) ¿Alguien en tu familia te ha hablado alguna vez sobre el puente?
- 4) ¿Qué sabes sobre la historia del Puente Internacional Mauá?
- 5) ¿Sabes por qué se llamaba Mauá?
- 6) ¿Te das cuenta de la importancia del puente para la población de Rio Branco?
- 7) Si no hubiera puente, ¿cómo sería la vida en esta frontera?
- 8) ¿Cómo ve esta frontera entre Yaguarón / Brasil y Río Branco / Uruguay?